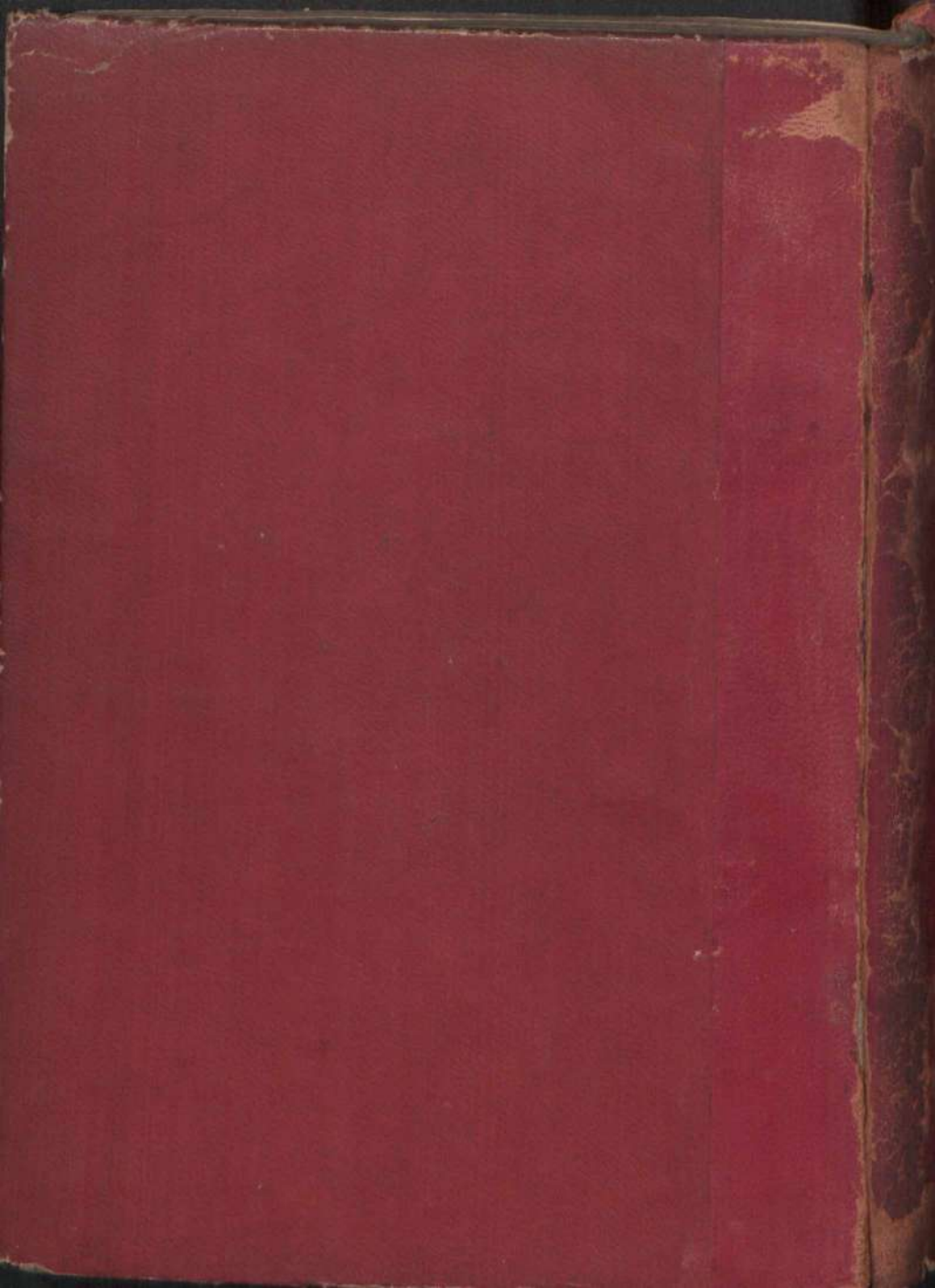
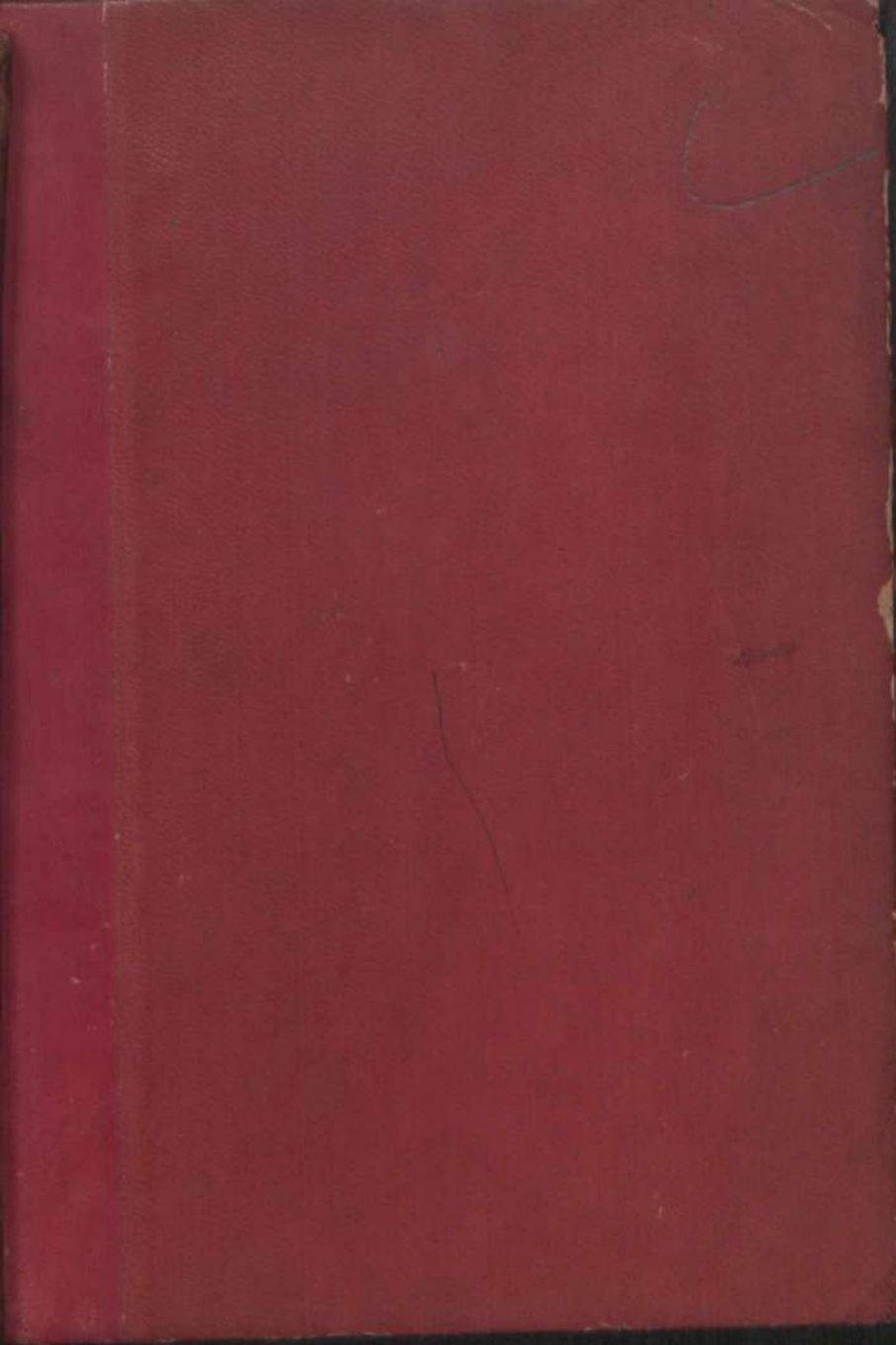






MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

OBRA

N.º 30.100

VOLUME

N.º 53º

CLASSIFICAÇÃO

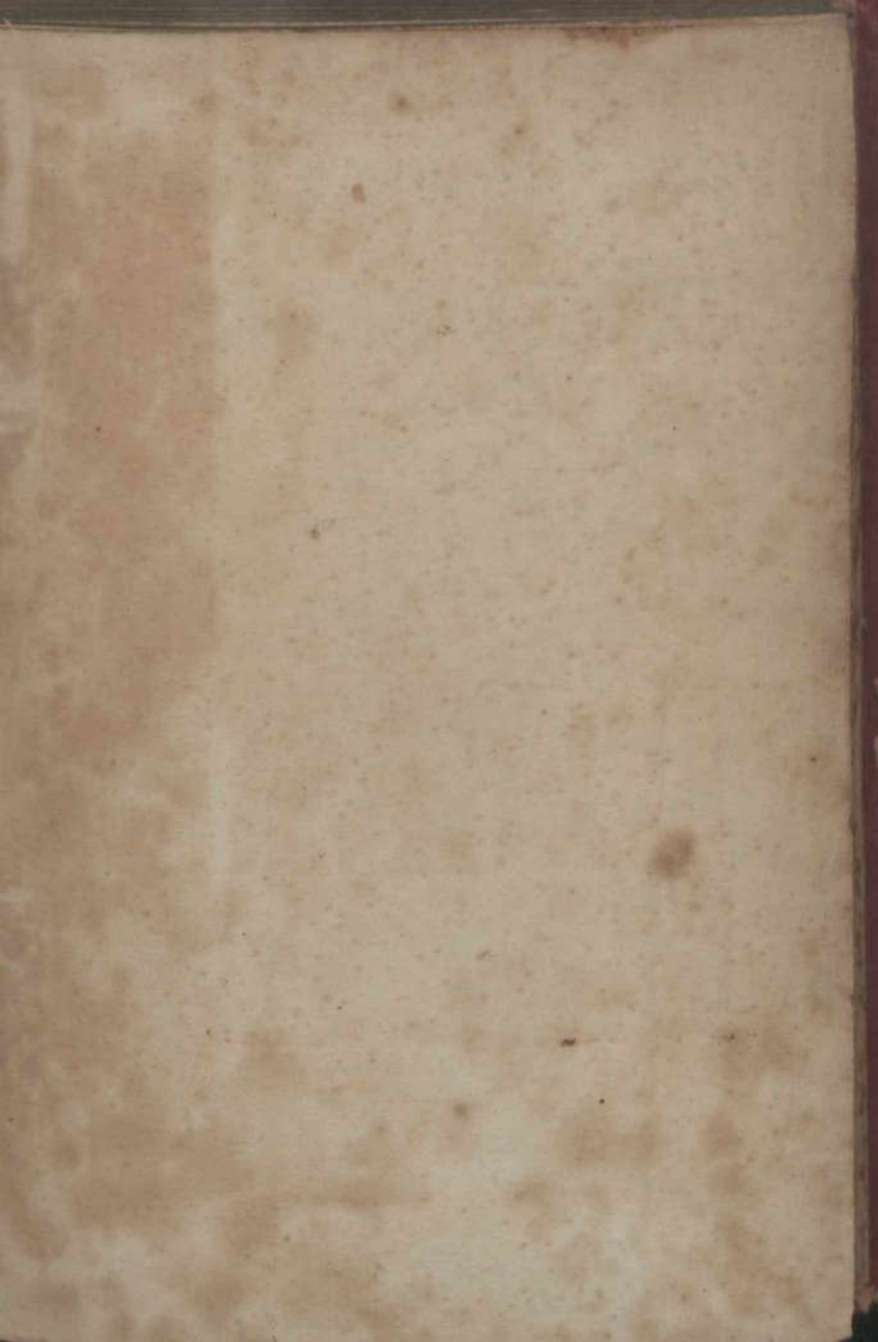
Instrução e educação

OBSERVAÇÕES

DO REGIMENTO INTERNO DA
FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Artº 92 — Os livros, revistas, jornais, brochuras e manuscritos da Biblioteca não poderão, sob pretexto algum ser retirados para leitura fóra do estabelecimento.

Artº 93 — No salão de deposito dos livros somente é permitido o ingresso aos professores e empregados da seccção. Os chefes e empregados de outras, os estudantes e o publico em geral serão atendidos no salão de leitura, mediante pedidos impressos que lhes serão fornecidos pelos empregados de serviço.



b
p
p

li
pi
cl
te
sa
qu
de

Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMAS DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

1.º ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

- 1.^a Cadeira — **INTRODUÇÃO A' CIENCIA DO DIREITO** 3
Prof. Dr. José Joaquim de Almeida
- 2.^a Cadeira — **ECONOMIA POLITICA** 13
Prof. Dr. Alfredo Freyre
- 3.^a Cadeira — **DIREITO ROMANO** 23
Prof. Interino — Dr. Mário Neves Baptista
- 4.^a Cadeira — **TEORIA GERAL DO ESTADO** . . 31
PROGRAMA MANDADO ADOTAR PELO CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO



ANO 1941

b
p
p
li
pi
ch
te
sa
qu
de

1.^a CADEIRA

Introdução à Ciência do Direito

DR. JOSE' JOAQUIM DE ALMEIDA

Professor Catedrático

AULA INICIAL

Introdução à Ciência do Direito. — Orientação de
estudo. — Exigências regulamentares.

PRIMEIRA PARTE

DIREITO E ESTADO

1. — O homem e as relações sociais. — A ordem jurídica.

2. — As regras de conduta social. — O binômio Moral e Direito — A coercibilidade das regras jurídicas.
3. — Noção etimológica do Direito. — O Direito em suas diversas accepções.
4. — Noção integral do Direito.
5. — O Direito como ciência e arte. — A ciência jurídica no quadro geral das ciências.
6. — Metodologia Jurídica.
7. — Sociedade — Seu conceito — Principais teorias explicando a natureza da sociedade.
8. — Sociedade e Estado. — Seu conceito. — Elementos integrantes do Estado.
9. — O Estado sob o ponto de vista social, jurídico e político. — Fins do Estado.

SEGUNDA PARTE

DIREITO OBJETIVO

10. — O Direito objetivo. — Divisão do direito objetivo. — Monismo e dualismo jurídico.
11. — O direito positivo. — Seu conceito. — Sua divisão.
12. — A distinção entre o direito público e o privado. A unidade do direito positivo. — Noções fun-

damentais comuns aos diversos ramos do direito.

13. — Subdivisão do direito público. — Ligeira noção de cada um dos seus ramos: a) O direito constitucional.
14. — b) O direito administrativo.
15. — c) O direito penal.
16. — d) O direito judiciário.
17. — e) O direito internacional público.
18. — f) O direito internacional privado.
19. — Subdivisão do direito privado. — Sua unificação. — Ligeira noção de cada um dos seus ramos: a) O direito civil.
20. — b) O direito comercial.
21. — Fontes do Direito. Noção e discriminação. — Fontes formais e materiais. O Problema das fontes do Direito na teoria tradicional e nas mais modernas concepções doutrinárias.
22. — A Lei. Suas diversas accepções — Conceito de lei jurídica Seus caracteres distintivos e seus elementos integrantes: — Sentido de lei jurídica na actualidade e nos tempos antigos.

23. — Classificação das leis. — Hierarquia das leis.
— A Constituição e as leis ordinárias.
24. — Constituição no sentido formal e material.
— O Constitucionalismo na Europa e na América. — Constituições rígidas e flexíveis. A superlegalidade das Constituições rígidas e atenuação do princípio.
25. — O Código e as leis esparsas. — As codificações antigas e modernas. — A codificação no direito público e privado.
26. — Codificação. Consolidação. Incorporação. — Influência das codificações na vida do direito. Conveniência das codificações. Tendência do direito moderno em matéria de codificação.
27. — Decretos. Decreto-lei. Regulamento — Os Tratados Internacionais.
28. — Formação da lei. Publicação. — A obrigatoriedade da lei e sua justificação.
29. — Começo e fim da obrigatoriedade da lei. — A revogação e suas espécies.
30. — Limites á obrigatoriedade das leis, no tempo. — A retroatividade das leis na teoria e no direito positivo brasileiro. — As leis interpretativas.
31. — O direito adquirido.
32. — Limites á obrigatoriedade das leis, no espaço. — O princípio da territorialidade e da perso-

nalidade do Direito. — Teoria dos estatutos.
— Outras teorias.

33. — Orientação seguida no direito brasileiro, quanto á extraterritorialidade das leis. — Extensão do conceito juridico de território nacional.
34. — O costume. Seu conceito. — Sua função histórica. — Sua formação progressiva:
35. — Elementos componentes do costume. — Fundamento jurídico de sua obrigatoriedade.
36. — Prova dos costumes. — Os usos convencionais. — O desuso. — O costume no direito público. — Importância atual dos costumes.
37. — Relações entre o costume e a lei. — O costume *secundum legem praeter legem e contra legem*. — O costume revocatório da lei, na teoria e na prática. — O problema no direito brasileiro.
38. — A jurisprudência. Seu conceito. — Sua formação. — A autoridade da coisa julgada e a jurisprudência como fonte do direito.
39. — A missão do juiz em face da elaboração do Direito. Na antiguidade. Em Roma. No sistema anglo-americano. No sistema latino-americano.
40. — As novas tendências do Direito, quanto á missão do juiz. — As coleções de julgados.

41. — A Doutrina, como fonte do direito. Sua compreensão e importância histórica.
42. — O problema da construção jurídica: a) a dogmática jurídica; b) a sistemática jurídica; c) a técnica jurídica.
43. — Os processos técnicos: I — o formalismo, as categorias jurídicas e o conceitualismo; II — as presunções e as ficções.
44. — A aplicação e a interpretação do Direito. — A interpretação na história do Direito.
45. — Importância e necessidade da interpretação. — Interpretação e hermenêutica.
46. — Interpretação quanto á sua origem.
47. — Interpretação quanto aos seus elementos e efeitos.
48. — Regras de interpretação.
49. — O sistema tradicional de interpretação e a escola de exegese.
50. — O sistema histórico-evolutivo e a escola do direito livre.
51. — As novas concepções doutrinárias em matéria de interpretação e sua repercussão no direito brasileiro.
52. — As lacunas da lei. A analogia.

TERCEIRA PARTE

DIREITO SUBJETIVO

53. — O direito subjetivo. Seu conceito e elementos integrantes.
54. — O direito. — Direitos sem sujeito. — Dualidade constante de sujeitos do direito.
55. — Pessoa. Seu conceito histórico. — Divisão das pessoas.
56. — Pessoa natural. — Personalidade e capacidade. — Começo e fim da personalidade. Limites á capacidade das pessoas naturais.
57. — Pessoa jurídica. Terminologia. Noção e classificação.
58. — Começo e fim da personalidade das pessoas jurídicas. — Limites á sua capacidade.
59. — Principais teorias sôbre a natureza das pessoas jurídicas.
60. — A existência real das pessoas jurídicas. — O problema da personalidade jurídica do Estado nas mais modernas concepções doutrinárias.
61. — O objeto do direito. As pessoas. As ações humanas. As Coisas ou bens.
62. — Classificação dos bens.

63. — A relação jurídica. Direitos absolutos e relativos. Os direitos reais e pessoais.
64. — O fato jurídico. Conceito amplo e restrito. — Nascimento, modificação e extinção dos direitos.
65. — O ato jurídico. Noção e classificação. — O princípio da autonomia da vontade.
66. — Elementos essenciais, e acidentais do ato jurídico.
67. — O ato ilícito. Seus elementos integrantes. — O ato ilícito sob o ponto de vista penal e civil.
68. — A noção tradicional do ato ilícito e a responsabilidade objetiva.
69. — A coação jurídica. — As sanções civis, penais, administrativas e internacionais. — A defesa privada, a judicial e as represálias internacionais. — A execução pessoal e real.

QUARTA PARTE

HISTÓRIA DO DIREITO

70. — História, evolução e progresso do Direito. — O progresso do Direito e a continuidade jurídica.
71. — A evolução nas principais instituições jurídicas.

72. — Leis e fatores da evolução jurídica.
73. — A história do Direito. Seu objeto. — Sua divisão. — Utilidade e função da história do Direito.
74. — O *processus* histórico. O Direito nos povos da mais alta antiguidade.
75. — O Direito na Grécia antiga. A legislação de Sparta e de Atenas.
76. — O Direito em Roma. Principais monumentos jurídicos. — Característico do Direito Romano. Sua influência no Direito dos outros povos. Sua projeção no direito atual.
77. — Os celtas e os eslavos. — Invasão dos bárbaros. O Direito Germânico.
78. — O Feudalismo. — A Igreja Católica. — O Direito Canônico.
79. — O Direito Inglês. — A *Common Law*. O *Statute Law*. A *Equity*.
80. — A Revolução Francêsa e as legislações que se seguiram.
81. — O Direito Português. — Os forais. — As Ordenações.
82. — O Direito Brasileiro. — Do descobrimento do Brasil á Independência.

83. — O Direito Brasileiro do Império.
84. — O Direito Brasileiro da República. As novas diretrizes do Direito Brasileiro.

QUINTA PARTE

PROBLEMAS DE FILOSOFIA JURÍDICA

85. — A dicotomia do Direito positivo.
86. — A existência de um Direito Natural.
87. — Relações entre o Direito e a Moral.
88. — Relações entre o Direito e o Estado.
89. — O Problema da Autoridade.
90. — O Fim do Direito. A Justiça. A Ordem. A Segurança. O Bem Comum.

CONCLUSÃO: — Aula de encerramento do Curso de Introdução à Ciência do Direito. — Observações para os novos estudos do Direito.

NOTA: — Com a explicação de cada ponto, será fornecido ao aluno um esquema da matéria com indicação de livros para as suas investigações.

2.ª CADEIRA
ECONOMIA POLITICA

DR. ALFREDO FREYRE

Professor Catedrático

1.º

Influência da vida social sobre o ser humano.

2.º

Agrupamento tendo por fim a satisfação das necessidades humanas.

3.º

A ciência económica: nome, definição, divisão e caracteres. Leis económicas.

4.º

O problema economico: as necessidades humanas. Principal tendencia economica. Contingencias economicas.

5.º

Método: método indutivo e dedutivo. Estatisticas. Pesquisas. Monografias.

6.º

Produção da riqueza. A terra e os agentes naturais.

7.º

As fórmãs de produção nas diversas sociedades humanas.

8.º

O trabalho. Caractéres. Classificação.

9.º

Divisão do trabalho. Evolução, efeitos da divisão do trabalho.

10.º

A questão das máquinas.

11.º

O capital. Definição. Classificação. Produtividade.

12.º

Genese do capital. Utilidade social da capitalização. Condições da capitalização.

13.º

O capitalismo. Relações entre o capital e o trabalho.

14.º

A grande empresa e a concentração; vantagens, condições e limites da concentração.

15.º

Indústria no domicílio. Definição e organização.

16.º

Função do Estado na produção. Organização das empresas do Estado. Nacionalização.

17.º

Adaptação da produção ao consumo. As crises.

18.º

Quadro social da produção. Regimen da livre concorrência.

19.º

A associação. O papel do Estado.

20.º

Propriedade. Sua evolução. Diferentes fórmulas de propriedade.

21.º

A grande e a pequena propriedade.

22.º

O direito de propriedade privada.

23.º

Influência das transformações económicas sobre as instituições, os costumes e as idéias.

24.º

Socialismo.

25.º

Valor.

26.º

Preço.

27.º

Contrato de trabalho. Contrato coletivo de trabalho.

28.º

Salario minimo.

29.º

Seguros sociais.

30.º

Associações operarias. Sindicatos.

31.º

Princípios da legislação do trabalho.

32.º

Remuneração do empresario.

33.º

Remuneração do proprietario de capitais.

34.º

Remuneração do proprietario fundiário.

35.º

Troca e transportes. Noções gerais. Vias de comunicações e transportes.

36.º

O escambo e a moeda.

37.º

Moeda metálica. Escambo dos metais. Valor nominal e valor real. Lei de Gresham.

38.º

Estabelecimento de um sistema monetário. Papel moeda.

39.º

Inflação e deflação. Estabilização e saneamento monetário.

40.º

Sucedâneos da moeda. Letra de cambio, bilhete á ordem, cheque.

41.º

Camaras de compensação. Bilhetes de banco.

42.º

Crédito. Noção e fundamento do crédito. Importância das operações do crédito.

43.º

Bancos. Operações a que se entregam os bancos. Bancos de emissão.

44.º

Outros órgãos de crédito. Crédito fundiário, crédito movel, crédito agricola e crédito urbano.

45.º

Caixas Raiffeisem. Cooperativas Schulze-Delitzsch.

46.º

Crédito publico. Empréstimos e dividas publicas. Titulos de crédito.

47.º

Comércio. Operações comerciais.

48.º

Mercados e feiras. Bolsas.

49.º

Evolução do comércio.

50.º

Comércio Internacional. Balança de comércio. Balanço de contas. Câmbio.

51.º

Política comercial. Proteção. Livre cambio. Tratados de comércio.

52.º

Consumo. Definição. Conservação. Poupança. Luxo.

53.º

Consumo e população. Teoria de Malthus. Emigração e Colonização.

54.º

Imposto. Natureza e fundamento do imposto.

55.º

Regras gerais. Justiça no impôsto. Classificação dos impostos.

56.º

Multiplicidade dos impostos.

57.º

Esboço histórico das doutrinas economicas.
Antes do século XVIII. Os fisiocratas. Adam
Smith.

58.º

Economistas ingleses, belgas e francezes.

59.º

Escola alemã.

60.º

Os socialistas. Os católicos. O movimento so-
cial católico.

Recife, 2 de Janeiro de 1941

br
pu
pu

li
pu
ch
te
sa
qu
de

3.^a CADEIRA

DIREITO ROMANO

Prof. Interino — Dr. Mário Neves Baptista

- 1.^o — Definição do direito romano, suas divisões, importância e utilidade do seu estudo. — Da história externa do direito romano e dos períodos em que se divide. — Influência do Cristianismo.
- 2.^o — Das fontes do direito romano.
- 3.^o — Da ciência jurídica dos romanos. Indicação de seus jurisconsultos mais notáveis. Proculanos e sabineanos. Do ensino do direito.
- 4.^o — Legislação justiniana. Modo de citar o *Corpus Juris*. Ligeira noção das interpretações.

- 5.º — O direito romano depois de Justiniano, no Oriente e no Ocidente. Os Glosadores e Comentaristas ou Bartolistas. Renascimento do estudo do direito romano.
- 6.º — O direito no sentido objetivo. Distinção das normas jurídicas das restantes normas sociais. Das diferentes espécies de leis.
- 7.º — Do direito no sentido subjetivo. Espécie e qualidades dos direitos subjetivos.
- 8.º — Da aplicação das leis. Da interpretação e suas espécies.
- 9.º — Os novos métodos de interpretação. A atividade pretoriana e a escola do direito livre.
- 10.º — Da personalidade em geral. Requisitos e extinção da personalidade física.
- 11.º — Da capacidade. Do estado e das qualidades juridicamente relevantes das pessoas físicas.
- 12.º — Da *Capitis deminutio*. Do domicílio
- 13.º — Do poder dominical. Direitos do senhor. Situação jurídica dos escravos. Modos de aquisição e extinção da *dominorum potestas*. Do colonato e do *mancipium*.
- 14.º — Noções e teorias sobre as pessoas jurídicas; suas classificações.

- 15.^o — Da constituição, capacidade e extinção das pessoas jurídicas.
- 16.^o Do matrimônio. Os sponsalia. Espécies de casamento em Roma. Instituições afins.
- 17.^o — Noção da família romana e das relações do parentesco.
- 18.^o — Requisitos e efeitos do casamento. Direito e deveres dos conjuges. Dissolução do matrimônio. Do *divortium* e do *repudium*.
- 19.^o — Da *manus* e suas espécies. Modos de constituição da *manus* estabelecida *matrimonii causa*, seus efeitos e causas de sua extinção.
- 20.^o — Do dote e suas espécies. Modos de constituição. Direito dos conjuges sobre os bens dotais.
- 21.^o — Da restituição do dote. Da *donatio propter nuptias*. Dos bens parafernais.
- 22.^o — Da *patria potestas*. Poderes do pai quanto á pessoa e aos bens do filho. Da aquisição e da extinção do pátrio poder.
- 23.^o — Da filiação legítima e da ilegítima.
- 24.^o — Noções, espécies e efeitos da legitimação.
- 25.^o — Noção, espécies e efeitos da adoção.

- 26.º — Da tutela e suas espécies. Da capacidade para ser tutor e das excusas.
- 27.º — A administração da tutela: *negatorum gestio* e *auctoritatis interpositio*. Poderes e responsabilidade dos tutores. Da pluralidade de tutores.
- 28.º — Da tutela das mulheres. Da protutela. Causas da extinção da tutela. Da *in integrum restitutio*.
- 29.º — Noção e espécies da curatela. Poderes e responsabilidades dos curadores. Comêço e fim da curatela.
- 30.º — Das cousas e suas divisões. O patrimônio.
- 31.º — A posse no direito romano, sua natureza e requisitos. O *animus possidendi* e o *corpus possessionis*: teorias principais.
- 32.º — Posse e detenção. As diferentes espécies de posse. Comosse. Da posse de direito e de estado.
- 33.º — Da aquisição, conservação e perda da posse. Dos efeitos da posse. Direitos e deveres dos possuidores de boa e de má fé.
- 34.º — Fundamentos da proteção possessória e origem dos interditos. Os interditos possessórios, sua duplicidade e suas espécies. Do chamado efeito recuperatório dos *interdicta retinenda possessionis*.

- 35.º — Noção do direito de propriedade. História da propriedade romana, o *dominium ex-jure quiritium* e a propriedade bonitária.
- 36.º — Da comunhão e do condomínio. Limitações do direito da propriedade. Da defesa do domínio.
- 37.º — Da aquisição originária e derivada da propriedade. *Modus e titulus adquirendi*. Da tradição seus requisitos e seus efeitos.
- 38.º — Noção e história da prescrição aquisitiva no direito romano. Requisitos do usucapião: *res habilis, possessio, fides, titulus e tempus*. Dos efeitos do usucapião.
- 39.º — Da ocupação, da *accessio*, do *thesaurus*, da especificação e da confusão.
- 40.º — Noção do direito de enfiteuse, seu objeto e sua duração. Direito e deveres do enfiteuta e do proprietário. Modos de constituição, transmissão e extinção do direito de superfície.
- 41.º — Noção do direito de superfície. Direito e deveres do superficiário e do proprietário. Modo de constituição e extinção do direito de superfície.
- 42.º — Noção e requisitos das servidões prediais.
- 43.º — As várias espécies de servidões.
- 44.º — Dos direitos e deveres dos proprietários dos prédios dominante e serviente. Da indivisibi-

lidade e da inalienabilidade das servidões prediais. Tutela do direito de servidão.

- 45.º — Noção e espécies de usufruto. Do objeto do usufruto. Quasi usufruto. Direito e deveres do usufrutuário. Da constituição, duração e extinção do usufruto.
- 46.º — Do usus, da habitatio e do trabalho de escravos e animais (*operae servorum vel animalium*).
- 47.º — Dos direitos reais de garantia. A fiducia, o pignus e a hipoteca. Condições da hipoteca.
- 48.º — Da hipoteca voluntária, legal e judiciária. Diferenças dos direitos pignoratícios quanto ao seu objeto.
- 49.º — Dos efeitos da hipoteca. Dos direitos e da preferência dos credores hipotecários. Da anticrêse. Da subrogação hipotecária. Da extinção da hipoteca.
- 50.º — Das obrigações e suas espécies.
- 51.º — Fontes das obrigações. Noção e espécies do contrato. Do quasi-contrato.
- 52.º — Dos atos ilícitos. Dólo e culpa.
- 53.º — Da sucessão hereditária. Da capacidade para suceder. Da indignidade e da desherdação. A

hereditas e a bonorum possessio. Diferenças e conciliação de ambas.

- 54.º — Da sucessão legítima no antigo e no novo direito romano. Dos herdeiros necessários. Das colações.
- 55.º — Da sucessão testamentária. O testamento e suas espécies. Da capacidade de testar. Da abertura, prova e execução dos testamentos. Da invalidade e da revogação. Dos codicilos.
- 56.º — Da instituição de herdeiros. Das substituições.
- 57.º — Da aquisição de herança. Aceitação e recusa da **hereditas e da bonorum possessio**. Dos benefícios de inventário e da separação de patrimônios.
- 58.º — Noção e história dos legados e fideicomissos; suas condições. Da aquisição, invalidez e revogação dos legados.
- 59.º — Ligeiras noções sobre o processo e organização judiciária dos romanos.
- 60.º — Das ações e suas divisões.

Recife, 8 de Janeiro de 1941

bi
p
p
li
p
ch
te
sa
qu
de

4.^a CADEIRA

Teoria Geral do Estado

PROGRAMA MANDADO ADOTAR PELO CONSE-
LHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

1. — Valor da disciplina em estudo. Seu objeto e metodologia.
2. — Da ordem jurídica.
3. — Direito público e direito privado.
4. — O problema da origem do Estado.
5. — Conceito do Estado. Principais tipos históricos e tendências do Estado moderno.
6. — Da personalidade jurídica do Estado.
7. — Justificação do Estado. O anarquismo e o estatismo.

8. — Das varias doutrinas sobre a legitimidade do poder público.
9. — O Estado e o Direito.
10. — O Estado e o individuo.
11. — Elementos constitutivos do Estado.
12. — Elemento material: o territorio.
13. — Elemento pessoal: o povo.
14. — Elemento politico — o poder.
15. — Da soberania.
16. — O poder, a ordem e a liberdade.
17. — Formação, desenvolvimento e fim do Estado.
18. — As diversas formas do Estado. Uniões de Estados.
19. — Estados federais e Confederação de Estados.
20. — O Estado internacional.
21. — O Estado fascista e o nacional-socialista.
22. — O Estado bolchevista.
23. — O sindicalismo.
24. — A democracia.

25. — Origem e desenvolvimento das corporações.
O corporativismo medieval.
 26. — A doutrina corporativista de la Tour du Pin.
 27. — O Estado corporativo; seus órgãos, suas funções.
 28. — Formas de governo.
 29. — Constituição e seus diversos tipos.
 30. — Funções e órgãos do Estado.
 31. — Evolução histórica da organização política do Brasil.
 32. — A Constituição de 10 de Novembro de 1937.
Características e diretrizes do Estado Novo brasileiro.
-

b
p
p
li
p
cl
te
sa
qu
di

Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMAS DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

2.º ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

- | | |
|--|----|
| 1. ^a Cadeira — DIREITO CIVIL | 3 |
| Prof. Dr. Andrade Bezerra | |
| 2. ^a Cadeira — DIREITO PENAL | 9 |
| Prof. Dr. Barreto Campello | |
| 3. ^a Cadeira — DIREITO CONSTITUCIONAL . . | 17 |
| Prof. Dr. Samuel Mac Dowell Filho | |
| 4. ^a Cadeira — CIENCIA DAS FINANÇAS | 23 |
| Prof. Dr. Luis Sebastião Guedes Alcoforado | |



ANO 1941

b
p
p
li
p
cl
te
sa
q
d

1.^a CADEIRA

DIREITO CIVIL

DR. ANDRADE BEZERRA

Professor Catedrático

(PARTE GERAL E PARTE GERAL DAS
OBRIGAÇÕES)

I

1 — Do Direito em geral. Sua distinção de moral. 2 — Principais divisões do direito. 3 — Do direito civil e sua classificação.

II

4 — Fontes do direito civil. O costume, a lei e a jurisprudência. O código civil. 5 — Lei e suas espécies. Elaboração das leis. Prazo de obrigatoriedade. Revogação. 6 — Limites da lei no tempo. Retroatividade das leis. 7 — Interpretação e aplicação das leis.

III

8 — Limites da lei no espaço. Principios de direito internacional privado no codigo civil.

IV

9 — Conceito e natureza do direito privado no sentido subjetivo. Objeto, conteúdo e extensão da eficacia do direito privado. 10 — Sujeito do direito. Pessoas naturais. 11 — Inicio da personalidade. Capacidade. Registro civil e domicilio. 12 — Fim da personalidade. Dos comorientes.

V

13 — Pessoas jurídicas. Teorias a respeito. 14 — Classificação das pessoas jurídicas. 15 — Das sociedades ou associações civis, sua constituição, personalidade, capacidade, administração e extinção. 16 — Das fundações, sua constituição, personalidade, capacidade, administração e extinção. 17 — Registro Civil e domicilio.

VI

18 — Objeto do direito. Cousas corporais e incorporais. 19 — Cousas moveis e imoveis. 20 — Causas fungiveis e não fungiveis. 21 — Causas consumiveis e não consumiveis. 22 — Causa divisiveis e indivisiveis. 23 — Causas singulares e coletivas. O patrimonio e a herança. 24 — Causas principais e accessorias. 25 — Bens publicos e particulares. 26 — Das cousas que estão fóra do commercio. 27 — Do bem de familia.

VII

28. — Exercício, concorrência e colisão dos direitos. Defesa do direito.

VIII

29. — Fatos jurídicos em geral. 30 — Atos jurídicos. Seus requisitos. 31 — Defeitos dos atos jurídicos, erro, dolo, coação, simulação e fraude de credores. 32 — Modalidades dos atos jurídicos: condição, encargo e termo. 33 — Da forma dos atos jurídicos e sua prova. 34 — Nulidade e anulabilidade dos atos jurídicos.

IX

35 — Atos ilícitos. Dólo e culpa.

X

36 — Prescrição. 37 — Causas que impedem, suspendem e interrompem a prescrição. 38 — Prazos em que se opera a prescrição.

XI

39. — Conceito romano e moderno da obrigação. 40 — Elementos da obrigação. 41 — Causas geradoras das obrigações. Da declaração unilateral da vontade.

XII

42 — Obrigações civis e naturais.

XIII

43 Obrigações conjuntas, genéricas, alternativas e facultativas.

XIV

44 — Obrigações positivas de dar.

XV

45. — Obrigações positivas de fazer e negativas de não fazer.

XVI

46 — Obrigações divisíveis e indivisíveis.

XVII

47 — Obrigações solidárias. Teorias e respeito.
48 — Solidariedade ativa e passiva. Causas e efeitos da solidariedade.

XVIII

49. — Obrigações puras, condicionais, a termo e acrescem cláusula penal. Obrigações principais e acessórias, líquidas e ilíquidas.

XIX

50 — Modos pelos quais se extinguem as obrigações. Pagamento. Pessoas que podem pagar e re-

ceber. 51 — Objeto, lugar, tempo e prova do pagamento.

XX

52 — Mora. Pagamento indevido. Pagamento por consignação. 53 — Pagamento com subrogação. Imputação de pagamento. Dação em pagamento.

XXI

54 — História e conceito da novação. 55 — Suas espécies, requisitos e efeitos.

XXII

56 — História e conceito da compensação. 57 — Suas espécies, requisitos e efeitos.

XXIII

58 — Transação. Seus requisitos e efeitos. Compromisso.

XXIV

59 — Confusão e remissão de dividas.

XXV

60 — Inexecução das obrigações. Perdas e danos.

XXVI

61 — Cessão de créditos. Sua história, requisitos.

b
p
p
l
p
c
t
s
q
d

2.^a CADEIRA

DIREITO PENAL

DR. BARRETO CAMPELLO

Professor Catedrático

(PARTE GERAL)

- 1.^o — O crime e a pena em sociologia e na história. Exposição e crítica das teorias sobre a legitimidade e extensão do direito de punir. Crimes naturais e legais.
- 2.^o — Teorias sobre a génese da criminalidade.
- 3.^o — Paralelismo entre as condições sociais, o nível e a forma da criminalidade. Sociometria criminal. Aplicação do cálculo de probabilidades á previsão dos índices criminais. Suposta lei de saturação criminal de Ferri.
- 4.^o — Substitutivos penais.

- 5.º — Aspectos da criminalidade no Brasil. Rixa embriaguês, porte de armas, indisciplina. Vingança de honra e de sangue. Fanáticos e cangaceiros.
- 6.º — O Direito Penal como ciência autónoma. Subordinação, por contingência, da lei penal ao paradigma político; suas conexões com outras disciplinas jurídicas, especialmente com o direito internacional e o administrativo. Ciências criminais: antropologia, sociologia, medicina legal, psicologia judiciária e penologia. Política criminal.
- 7.º — Da chamada escola clássica e seus principais expoentes. Conceito do crime e da pena de acôrdo com a escola dita clássica. Neo-clássicos e técnico-juristas.
- 8.º — Escola positiva: Lombroso, Ferri e Garófalo. Concepções dessa escola sobre o crime, o criminoso, a pena e os fatores do crime. Criminoso nato. Estigmas de criminalidade.
- 9.º — Da terceira escola, suas afinidades e divergências com a escola italiana. Escola sociológica ou francesa. União Internacional do Direito Penal.
- 10.º — A periculosidade pré e posdelitual. Prioridade da legislação brasileira em adotar medidas de segurança contra o estado perigoso predelitual.
- 11.º — Classificação de criminosos.

- 12.º — Divisão dos fatos puníveis quanto ao elemento intencional. Outras divisões. Crimes de ação pública e privada. Crimes políticos, próprios e comuns. Crimes instantâneos, continuados, permanentes, formais e materiais.
- 13.º — História da legislação penal brasileira. Ordenações. Código Criminal de 1830. Código Penal de 1890. Leis esparsas. Consolidação das Leis Penais. Projeto Sá Pereira e suas modificações. Projeto Alcântara Machado. Código Penal de 1940.
- 14.º — Interpretação da lei penal. Exercícios práticos.
- 15.º — A lei penal no tempo. Anterioridade e retroatividade da lei penal.
- 16.º — A lei penal no espaço. Territorialidade, extraterritorialidade e ultraterritorialidade.
- 17.º — Da responsabilidade criminal. Configuração legal do crime e seus elementos essenciais. Sujeito ativo e passivo, objeto do crime. Crime consumado.
- 18.º — Dolo, culpa e preterintencionalidade. Voluntariedade ou automatismo das contravenções. O Código Penal de 1940 e as contravenções.
- 19.º — Co-autoria. A cumplicidade e sua posição no Código Penal de 1940.

- 20.º — Da tentativa. Tentativa punível e impunível, desistência e arrependimento. Crime impedido, falho, impossível ou impraticável.
- 21.º — Causalidade. Teoria das concausas: concausas anteriores, simultâneas e supervenientes.
- 22.º — Generalidades sobre derimentos e justificativas.
- 23.º — Alienados e retardados mentais. Desenvolvimento mental incompleto. Crítica ao art. 22 do Código Penal.
- 24.º — Menores delinquentes. Doutrinas e legislação.
- 25.º — Selvagens. Legislação anterior. O Código Penal de 1940 e os selvícolas.
- 26.º — Estado de necessidade. Vicissitudes do Instituto através de história e da legislação. Direito vigente.
- 27.º — Legítima defesa própria e de outrem. Excesso de defesa.
- 28.º — Coação irresistível. Obediência hierárquica.
- 29.º — Estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direito.
- 30.º — Erro de direito e de fato, erro acerca da pessoa do ofendido; seus respectivos efeitos sobre a responsabilidade do autor e do terceiro culpado do erro.

- 31.º — Agravantes gerais e qualificativas; majorantes.
- 32.º — Aula prática sobre o ponto anterior.
- 33.º — Reincidência. Reincidência genérica e específica.
- 34.º — Atenuantes e minorantes em geral.
- 35.º — Estudo particular da menoridade, da velhice e da confissão espontanea de crime cuja autoria seja ignorada ou imputada a outrem.
- 36.º — Concurso de agravantes e atenuantes. Fixação da pena nesta hipótese.
- 37.º — Aula prática sobre o ponto anterior.
- 38.º — Concurso de crimes.
- 39.º — Exercícios práticos sobre o ponto anterior.
- 40.º — Exposição e crítica das penas na história da legislação penal e no direito vigente.
- 41.º — Penas principais, acessórias, complementares e paralelas.
- 42.º — Crítica histórica da pena de prisão. Sucedâneos da prisão.
- 43.º — Notícia dos sistemas penitenciários. Patronatos de liberados.

- 44.º — Condenação condicional ou suspensão condicional da pena. Variantes do instituto em legislação comparada. Paradigma brasileiro.
- 45.º — Livramento condicional.
- 46.º — Reclusão e detenção.
- 47.º — Multa e perda de função pública, interdição de direitos e publicação da sentença condenatória.
- 48.º — Efeitos da condenação, especialmente o ressarcimento do dano.
- 49.º — Ação penal, pública e privada. Decadência do direito de queixa e representação. Renúncia á queixa.
- 50.º — Extinção da ação penal e da condenação pelo perdão do ofendido ou prática de ato incompatível com a punição do agente. Justiça de el rei D. Pedro Crú no caso Maria Ronssada.
- 51.º — Prescrição da ação penal e da condenação. Momento inicial e prazos da prescrição. Causas que impedem e interrompem a prescrição.
- 52.º — Anistia e graça.
- 53.º — Reabilitação do condenado.

- 54.º — Generalidades, história e legislação comparada acerca das medidas de segurança.
- 55.º — Posição das medidas de segurança no Código Penal de 1940.
- 56.º — Requisitos necessários á imposição das medidas de segurança, e fórmulas da sua execução.
- 57.º — Aplicação provisória, inobservância, substituição e revogação das medidas de segurança.
- 58.º — Medidas de segurança patrimoniais.
- 59.º — Medidas de segurança detentivas: manicômio, casa de custódia e tratamento, colônia agrícola, instituto de trabalho, reeducação ou de ensino profissional.
- 60.º — Outras medidas de segurança: liberdade vigilada, proibição de frequência a determinados lugares, exílio local.

b
p
p
l
r
c
i
s
o
o

ção dos órgãos constitucionais, da dívida pública e despesas militares.

X

Despesas de justiça e policia. Despesas de instrução e educação . Despesas destinadas ao desenvolvimento da produção e dos serviços de assistência.

XI

Receita pública sua evolução. Caractéres e classificação das receitas publicas. Receitas ordinárias e extraordinárias.

XII

As receitas ordinárias de direito privado. Dominio do Estado. Dominio privado do Estado. Administração e alienação de dominio privado fundiário.

XIII

Receitas provenientes das explorações industriais e do dominio comercial. Sistemas de exploração das estradas de ferro e de outros meios de transporte. Os monopolios na finança contemporânea.

XIV

As receitas ordinárias de direito público. As taxas. Natureza e elementos da taxa. Medida e função da taxa.

XV

Classificação das taxas. Sistemas de taxas. As principais taxas cobradas modernamente. Processos de cobrança.

XVI

Os impostos, sua evolução. Natureza e elementos do imposto.

XVII

Princípios técnicos e jurídicos do imposto. Justiça no imposto. Regra de generalidade e de universalidade. A uniformidade nos encargos tributários.

XVIII

Princípios administrativos do imposto. Canones de tributação. Materia coletavel. Liquidação e arrecadação dos impostos.

XIX

Os efeitos do imposto. Efeitos psicologicos, politicos e financeiros.

XX

Efeitos economicos do imposto. Incidência e translação dos impostos. A capitalização ou amortização do tributo.

XXI

Evasão fiscal e fraude. Medidas preventivas e repressivas da fraude fiscal.

XXII

Pressão fiscal, seu conceito. Os efeitos economicos da sobrecarga tributária.

XXIII

Interpretação e aplicação das normas jurídicas impositivas.

XIV

Contencioso tributário. A penalidade fiscal.

XXV

Classificação dos impostos. Imposto direto e indireto. Imposto real e imposto pessoal. Proporcionalidade e progressividade.

XXVI

Sistema tributário. A transformação dos sistemas tributarios. O problema dum sistema tributário racional. Imposto único e sistema múltiplo. Sistemas reais, pessoais e mixtos de imposto.

XXVII

O sistema tributário brasileiro. Sua evolução.

Fiscalidade do tempo colonial. O sistema do Império.

XXVIII

Regimen tributário da Republica. A distribuição dos impostos no sistema da Constituição de 24 de Fevereiro de 1891 e no da de 16 de Julho de 1934.

XXIX

Organização actual do quadro tributário brasileiro. A distribuição da Constituição de 10 de Novembro de 1937.

XXX

Direitos aduaneiros. Impostos de exportação e de importação.

XXXI

Da renda. Imposto sobre a renda global.

XXXII

Imposto sobre as diversas rendas consideradas distintamente.

XXXIII

Imposto com tarifas diferentes, segundo a origem da renda.

XXXIV

Imposto de renda e sua evolução na Inglaterra, Alemanha e França. Imposto de renda nos Estados Unidos da America do Norte e Argentina.

XXXV

Imposto de renda no Brasil.

XXXVI

Imposto de Consumo. Justiça e elasticidade no imposto de consumo. Imposto de consumo sobre objetos considerados de luxo.

XXXVII

Imposto de consumo no Brasil. Arrecadação e fiscalização. Penalidades e recursos. Imposto de consumo sobre fumo, fosforo, bebidas, calçados, sal, perfumarias, tecidos e etc.

XXXVIII

Imposto de selo, seu fundamento. O imposto de selo no Brasil: arrecadação, fiscalização, isenções, multas e recursos.

XXXIX

Imposto sobre operações a termo. Legislação brasileira.

XL

Imposto sobre a propriedade territorial. Bases e processo de fixação de seu assento. Imposto territorial no Brasil.

XLI

Imposto de sucessão; sua evolução e organização nos diversos paizes. A transmissão de propriedade causa mortis e sua tributação pelos Estados na Federação Brasileira.

XLII

Imposto de transmissão de propriedade inter vivos.

XLIII

Imposto sobre venda e consignações.

XLIV

Imposto de indústria e profissões.

XLV

Receitas extraordinárias. Divisão. Impostos extraordinários e empréstimos.

X-LVI

Dívida pública. Natureza e efeitos economicos. Classificação das dividas publicas.

XLVII

Teorias dos empréstimos. Empréstimos forçados, patrióticos e voluntários; perpétuos e amortizáveis.

XLVIII

Administração das dividas públicas sob o ponto de vista da técnica financeira. Amortização, conversão, e consolidação da divida pública. O problema do repudio da divida pública.

XLIX

Divida pública brasileira. As conversões. Dividas da União, dos Estados e dos municipios. Os serviços da divida pública.

L

Orçamento. Noção e importancia política e financeira do orçamento.

LI

Direito orçamentario na Inglaterra, Estados Unidos e França.

LII

Histórico do direito orçamentario brasileiro.

LIII

Organização do orçamento. Regras de organização orçamentária. Iniciativas e regras de organização no orçamento brasileiro.

LIV

Preparação do orçamento. Metodos de avaliação das despesas e sistemas de estimação das receitas.

LV

Equilíbrio orçamentário. Saldo e deficits. Meios para assegurar o equilíbrio orçamentário efetivo.

LVI

Receitas e despesas, sua autorização.

LVII

Início da execução do orçamento. Registro das tabélas explicativas. Distribuição dos créditos.

LVIII

Execução do orçamento. Estágios da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento.

LIX

A abertura de créditos especiais. Os créditos extraordinários.

LX

As contas e seus sistemas. Encerramento das contas. Fiscalização de orçamento e das contas. Fiscalização pelo Departamento Administrativo e Ministério da Fazenda. O tribunal de Contas como órgão de fiscalização da administração financeira. A fiscalização legislativa.

LXI

Sistema monetário. A formação de sistema monetário brasileiro.

LXII

Sistema bancários. Banco Central. Tipos de organização bancária. O Banco do Brasil.

LXIII

A coordenação financeira no Brasil. Finanças estaduais e federais.

LXIV

Exposição da situação das finanças brasileiras. Finanças nacionais no regimen monarchico. Finanças do regimen republicano. As crises financeiras na vida nacional.

LXV

Legislação financeira no Brasil.

LX

As a result of the various experiments the
 results of the experiments of the various
 experiments of the various experiments of the
 experiments of the various experiments of the
 experiments of the various experiments of the

LXI

As a result of the various experiments the
 results of the experiments of the various
 experiments of the various experiments of the
 experiments of the various experiments of the

LXII

As a result of the various experiments the
 results of the experiments of the various
 experiments of the various experiments of the
 experiments of the various experiments of the

LXIII

As a result of the various experiments the
 results of the experiments of the various
 experiments of the various experiments of the
 experiments of the various experiments of the

LXIV

As a result of the various experiments the
 results of the experiments of the various
 experiments of the various experiments of the
 experiments of the various experiments of the

LXV

As a result of the various experiments the
 results of the experiments of the various
 experiments of the various experiments of the
 experiments of the various experiments of the

3.^a CADEIRA

Direito Constitucional

SAMUEL MAC DOWELL FILHO

Professor Catedrático Interino

1. — Conceito do Direito Constitucional. Suas relações com outras ciências e disciplinas jurídicas e, especialmente, com a Teoria do Estado e a Ciência Política.
- 2.^o — Constituição. Conceito material e formal. Seus tipos. Sua técnica e hermenêutica.
- 3.^o — Regimen constitucional em geral e sua aplicação no Brasil. Antecedentes históricos. Constituição de 25 de Março de 1824. Ato Adicional e outras leis constitucionais do Imperio.
- 4.^o — Transição da Monarquia para a Republica. Constituição de 24 de Fevereiro de 1891. Revisão de 7 de Setembro de 1926.

- 5.º — Revolução de Outubro de 1930. Decreto institucional do Governo Provisorio, de 11 de Novembro de 1930. Código dos Interventores. Constituição de 16 de Julho de 1934. Suas emendas.
- 6.º — Constituição de 19 de Novembro de 1937. Seu ambiente historico. Suas fontes e espirito. O interregno constitucional.
- 7.º — Organização nacional. A União e os Estados. Regimen das suas relações jurídicas. O principio federativo. Principios de observancia obrigatória na organização dos Estados. A autonomia municipal. O Distrito Federal e os Territorios.
- 8.º — Discriminação da competencia entre a União, os Estados e os Municípios. Poderes explicitos e implicitos. Serviços federais, estaduais e municipais. Intervenção.
- 9.º — O sistema representativo na Constituição Brasileira. Exercício do poder politico pelo povo. O sufragio. O nucleo eleitoral municipal. Os colégios eleitorais. O plebiscito.
- 10.º — Os órgãos do poder. Relação entre si. A doutrina da divisão ou separação dos poderes e a Constituição Brasileira.
- 11.º — O Poder Legislativo. Seus órgãos. O Parlamento Nacional: Camara dos Deputados e Conselho Federal. Conselho da Economia Na-

cional. Respectivas composição, funcionamento e competência. Imunidade e responsabilidade. Competência legislativa, direta e delegada, do Presidente da República.

- 12.º — Processo de elaboração das leis e resoluções e particularmente do orçamento. O veto. A substância da lei. A lei, o regulamento, o decreto-lei.
- 13.º — O Poder Executivo. O Presidente da República, autoridade suprema. Condições de investidura. Atribuições e prerrogativas. Responsabilidade. Os Ministros de Estado.
- 14.º — Órgãos de cooperação nas atividades governamentais. Ministério Público. Tribunal de Contas. Conselhos técnicos. Função consultiva e julgadora. Limites da jurisdição administrativa.
- 15.º — A função pública. Funcionários civis e militares. Condições de investidura e exercício legal. Garantias. O estatuto dos funcionários públicos.
- 16.º — O Poder Judiciário. Seus órgãos. Garantias dos seus membros e das suas decisões.
- 17.º — Supremo Tribunal Federal. Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Justiça Militar. Sua organização. Composição e competência. O problema do Jury.

- 18.º — A questão da unidade da Justiça em face da Constituição vigente. Recurso ordinario e extraordinario. Limites do controle judicial.
- 19.º — O indivíduo perante a Constituição. Nacionalidade e Cidadania. Aquisição e perda da nacionalidade. Aquisição, suspensão e perda dos direitos políticos.
- 20.º — Direitos e garantias individuais. Os direitos do homem. Tricotomia constitucional. Liberdade, segurança pessoal, propriedade. Restrições expressas no exercício dos direitos individuais e poder de policia. A pena de morte.
- 21.º — Ordem moral e espiritual. A familia. A educação e a cultura.
- 22.º — Ordem economica. Condições da intervenção do Estado. Normas gerais assecuratórias do fomento e da justa retribuição do trabalho e da atividade economica. Economia popular. Nacionalização e estadização das atividades economicas. A imigração.
- 23.º — Organização sindical e corporativa dos agentes da produção. Produção intelectual e material. As corporações como órgãos do Poder Público. Regimen corporativo e socialismo.
- 24.º — Normas especiais sobre a Legislação do trabalho. Assistencia social: proteção atual e previdencia. A Justiça do Trabalho.

- 25.º — Segurança Nacional. Defesa interna e externa do Estado. Estado de emergência. Estado de guerra. Leis de segurança.
- 26.º — Relação da Igreja e do Estado. Emenda, modificação e reforma da Constituição. Seu processo.

4.^a CADEIRA

Ciencia das Finanças

DR. LUIS SEBASTIÃO GUEDES
ALCOFORADO

Professor Catedrático

I

Atividade financeira do Estado. Carecteres e limites da atividade financeira.

II

A ciência das finanças. Definição, divisão, orientações e método.

III

A ciência das finanças no sistema das ciências. Relações com as ciências economicas e demais ciências sociais, políticas e jurídicas.

IV

Desenvolvimento da ciência das finanças. Literatura antiga e mediaval. Literatura moderna.

V

Teorias gerais sobre o fenomeno financeiro. Concepções economicas e doutrinas sociologicas e politicas.

VI

Noção e elementos da despesa pública. Despesa e receita. Despesa pública e despesa privada. Causas de gasto público.

VII

A despesa pública e suas tendencias. Causas de seu incremento.

VIII

Despesa pública, sua classificação. Despesas com as funções primarias do governo e despesas com as funções secundárias. Despesas ordinárias e extraordinárias. Despesas federais, estaduais e municipais.

IX

Principais categorias de formas concretas de despesas pública. Despesas destinadas á manuten-

Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMAS DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

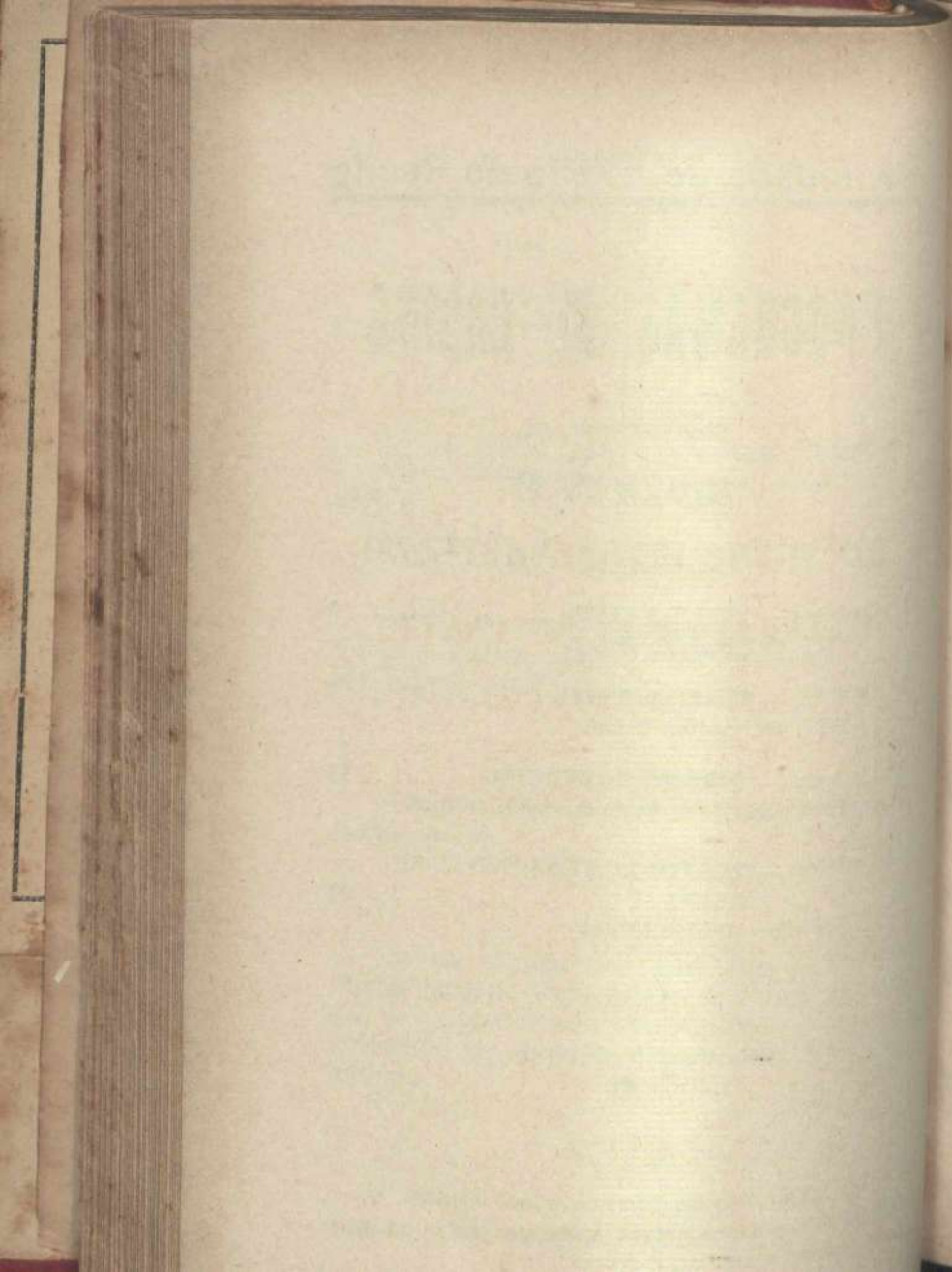
3.º ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

- | | |
|--|----|
| 1. ^a Cadeira — DIREITO CIVIL | 3 |
| Prof. Dr. Soriano Neto | |
| 2. ^a Cadeira — DIREITO PENAL | 7 |
| Prof. Dr. Anibal Bruno | |
| 3. ^a Cadeira — DIREITO COMERCIAL | 13 |
| Prof. Dr. Abgar Soriano | |
| 4. ^a Cadeira — DIREITO INTERNACIONAL PU-
BLICO | 31 |
| Prof. Dr. Odilon Nestor | |



ANO 1941



1.^a CADEIRA
DIREITO CIVIL

DR. SORIANO NETO

Professor catedrático

(PARTE ESPECIAL DAS OBRIGAÇÕES)

1.^o

Dos contratos e suas divisões.

2.^o

Dos requisitos dos contratos.

3.^o

Da formação dos contratos. Contratos entre presentes e entre ausentes. Contratos entre as próprias partes e mediante representação.

4.º

Dos efeitos e da interpretação dos contratos.

5.º

Das estipulações em favor de terceiros.

6.º

Das arras, dos vícios redibitorios e da evicção

7.º

Da compra e venda e da troca.

8.º

Das clausulas especiais á compra e venda: re-trovenda, venda a contento, preempção ou preferencia, pacto de melhor comprador, pacto comissario. Da reserva de dominio.

9.º

Da doação.

10.º

Da locação de cousas. Da locação de predios.

11.º

Da locação de serviços.

12.º

Da empreitada.

13.º

Do empréstimo: comodato e mutuo.

14.º

Do depósito voluntário e do necessário.

15.º

Do mandato.

16.º

Da gestão de negócios.

17.º

Da edição e da representação dramática.

18.º

Da sociedade.

19.º

Da parceria rural e da constituição de rendas.

20.º

Do contrato de seguro em geral.

21.º

Do seguro mutuo e do seguro de vida. Do jogo e da aposta.

22.º

Da fiança.

23.º

Dos titulos ao portador.

24.º

Da promessa de recompensa.

25.º

Das obrigações por atos ilícitos e sua liquidação.

26.º

Do concurso de credores.

O presente programa será explicado em mais de 60 lições.

2.^a CADEIRA

DIREITO PENAL

DR. ANIBAL BRUNO

Professor catedrático interino

1. — Método de definir e classificar os fatos puníveis em doutrina e legislação comparada. Sistemas da legislação brasileira no Império e na República, projétos.
2. — História e teoria do crime político.
3. — Dos crimes de traição á Patria.
4. — Dos crimes contra a sociedade e economia popular.
5. — Dos crimes contra a Constituição da República. Conspiração, sedição e ajuntamento ilícito.

6. — História da pirataria e seu estudo no Código Penal.
7. — Resistência, tirada e fuga de presos. Desacato.
8. — Dos crimes de perigo comum.
9. — Dos crimes contra a segurança e eficiência dos meios de transporte e comunicação.
10. — Dos crimes contra a saúde pública. Exercício ilegal da medicina, charlatanismo. Entorpecentes.
11. — Dos crimes contra o livre exercício dos direitos políticos.
12. — Dos crimes contra a liberdade individual.
13. — Dos crimes contra a liberdade de culto.
14. — Dos crimes contra a inviolabilidade do segredo de correspondência e profissão.
15. — Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio.
16. — Dos crimes contra a liberdade de trabalho. Grêve.
17. — Dos crimes contra índios. Responsabilidade penal dos selvagens.
18. — Da prevaricação.
19. — Falta de exação no cumprimento dos deveres funcionais

20. — Da peita e do suborno.
21. — Da concussão.
22. — Do peculato.
23. — Dos crimes de abusos de autoridade e usurpação de funções públicas.
24. — Alteração, contrafação e falsificação de dinheiro.
25. — Falsificação de títulos, documentos e atos públicos.
26. — Falsidade de documentos particulares.
27. — Falso testemunho, declarações, queixas e denúncias falsas.
28. — Contrabando.
29. — Os crimes sexuais perante a lei natural e a história.
30. — Da violência carnal e da corrupção de menores.
31. — Rapto.
32. — Defloramento.
33. — Estupro.
34. — Lenocínio. Escravidão branca. Mercados de mulheres e sua organização internacional.

35. — Adulterio.
36. — Do ultrage público ao pudor. O exhibicionismo como forma de alienação mental.
37. — Homicídio.
38. — Infanticídio.
39. — Abortamento.
40. — Suicídio.
41. — Lesões corporais.
42. — Calúnia injúria e crimes de imprensa.
43. — Crime de dano.
44. — Do furto e da apropriação indébita.
45. — Dos crimes de falência.
46. — Estelionato, abusos de confiança, saque sem fundos e fraudes dos administradores de sociedades anônimas.
47. — Dos crimes contra a propriedade literária, artística e industrial.
48. — Das violações de patentes de invenção e descoberta.
49. — Da violação dos direitos de marca e de comércio.

50. Do roubo e das extorsões.
51. — Noções gerais da contravenção. Da violação dos regulamentos de inhumação; da profanação de cadáveres e de túmulos.
52. — Das loterias e rifas. Jôgo e aposta.
53. — Do estabelecimento irregular das casas de penhor; fabrico e porte de armas.
54. — Das contravenções de perigo comum.
55. — Do uso de nome suposto, titulos indevidos, disfarce de sexo e simulação de funções públicas.
56. — Das sociedades secretas e sua história. Notícia das principais sociedades desse tipo.
57. — Do uso ilegal da tipografia. Da omissão de declarações de nascimento ao registro civil. Suas consequências no Brasil. Legislação recente de anistia.
58. — Do dano ás cousas públicas.
59. — Mendigos e ébrios.
60. — Vadios e capoeiras.

3.^a CADEIRA

Direito Comercial

DR. ABGAR SORIANO

Professor Catedrático Interino

— I —

1. — Noção de comércio: — relação social. Aspectos dessa relação.
2. — Noção econômica e noção jurídica.
3. — Relatividade da noção econômica.
4. — Evolvimento histórico, consoante os elementos de composição: — troca, moeda e crédito.
5. — Noção jurídica: — atos de comércio.
6. — Divisões do comércio: — a) — em relação ao lugar; b) — em relação ao tempo; c) — em relação ao modo; d) — em relação aos meios

de transporte; e) — em relação ao objeto; f)
— em relação às operações, que o constituem.

— II —

- 7 — Conceito do direito comercial.
8. — Formação histórica.
- 9 — O problema da unificação do Direito Privado.
10. — Ramificação do direito comercial e suas respectivas subdivisões.

— III —

11. — Das fontes formais do direito comercial: — primárias e subsidiárias.
12. — Das fontes primárias ou diretas: — o código comercial e as leis posteriores, que o completaram, ampliaram ou modificaram. Notícia histórica e apreciação crítica do código comercial. Relação das principais leis posteriores ao código.
13. — Das fontes subsidiárias ou indiretas: — as leis civis e os usos e costumes. O problema da prevalência das leis civis sobre os usos e costumes: — a tendência da doutrina e distinções a fazer.
14. — A questão das fontes complementares: — a equidade, a analogia, a jurisprudência, os princípios gerais e a legislação dos povos cultos.

15. — Relações do direito comercial com outras ciências: — a economia política, o direito civil e a sociologia.

— IV —

16. — Atos civis e atos mercantis: — dificuldade no se fixar as lindes entre os dois ramos de direito.
17. — A matéria comercial, de que é cerne o ato de comércio. Conceito deste e a vacilação da doutrina no lhe determinar os caracteres estruturais. O por que da dificuldade: — amplitude da matéria jurídica.
18. — Sistemas legislativos: — o enumerativo e o conceituativo. Direito brasileiro: — o código e o regulamento n. 737.
19. — Divisão dos atos de comércio e as classificações de Ferreira França, Silva Costa e Carvalho de Mendonça.
20. — O principio da integridade do ato de comércio.

— V —

21. — Da qualificação jurídica de comerciante. Sistemas legislativos correntes. O sistema brasileiro.
22. — Dos elementos qualificativos: — considerações gerais.
23. — Da capacidade jurídica como pressuposto necessário. Capacidade civil e capacidade co-

mercial. Modificação da lei comercial, quanto aos menores e às mulheres casadas.

24. — Dos menores: — requisitos indispensáveis. Irrevogabilidade da autorização. Irresponsabilidade de quem dá a autorização.
25. — Das mulheres casadas. Requisitos legais para a habilitação. A questão da idade e a emancipação pelo casamento. Comércio em próprio nome. Insupribilidade da autoridade marital. Revogabilidade da autorização. Caso de autorização presumida ou tácita. Casos em que a mulher casada independe da autorização marital. Efeitos patrimoniais da atividade mercantil da mulher casada: — influência do regime matrimonial.
26. — Dos proibidos de comerciar.

— VI —

27. — Da escrituração comercial: — necessidade e vantagens. Sanções legais á inobservância do preceito: — diretas e indiretas.
28. — Dos livros obrigatórios e facultativos: — formalidades extrínsecas e intrínsecas. Sanções legais á irregularidade na escrituração dos livros.
29. — Lugar onde se escripturam os livros. Casas filiaes: — critérios da autonomia económica e de distância. Guarda e conservação dos livros e papéis.

- 30. — Fôrça probante dos livros comerciais.
- 31. — Da inviolabilidade do sigilo da escrituração. O aspécto fiscal do problema.
- 32. — Da exhibição judicial dos livros: — justificativa. Espécies de exhibição e distinções entre elas. Da recusa de apresentação dos livros e suas consequências. Casos equivalentes á recusa.

VII

- 33. — Agentes do comércio: — dependentes e independentes.
- 34. — Dos auxiliares dependentes e sua classificação. Natureza jurídica do contrato de preposição mercantil.
- 35. — Dos auxiliares independentes e sua classificação.

VIII

- 36. — Dos medeadôres comerciais: — corretôres e leiloeiros.
- 37. — Dos corretôres: — noção. Natureza jurídica do contrato de corretagem. Classificação dos corretôres e respectivas funções. Nomeação, matrícula e caução. Os livros obrigatórios dos corretôres, sua escrituração e valor probante. Irresponsabilidade pela liquidação dos con-

tratos: — exceções. Execução dos contratos — regra e exceções. Sigilo profissional. Proibições. Direito á remuneração e hipóteses especiais. Da Junta dos Corretôres e da Câmara Sindical.

38. — Dos leiloeiros: — noção. Dos que podem e dos que não podem ser leiloeiros. Função. Os livros obrigatórios dos leiloeiros. Direitos e obrigações. Das proibições legais aos leiloeiros. Natureza jurídica do contrato de leilão.

— IX —

39. — Das sociedades mercantis: — noção e caracteres jurídicos do contrato de sociedade.
40. — Condições básicas do contrato de sociedade. Das condições específicas.
41. — Da cooperação ativa dos sócios: — sentido da expressão.
42. — Da formação do capital social. Fixação deste, menos nas cooperativas. Divisão: — quotas e ações. Contribuição efetiva. Modalidades da conferência. Fundamento jurídico da conferência e suas consequências.
43. — Da participação nos lucros e contribuição nas perdas: — observações gerais.
44. — Distinção entre as sociedades civis e comerciais: — critério diferencial objetivo. Situa-

ção especial das sociedades anônimas e das em comandita por ações.

45. — Fórmulas ou tipos de sociedade. Classificação quanto á forma, á responsabilidade dos sócios, ás qualidades pessoais destes, e ao capital.

— X —

46. — Do contrato social: — requisitos. Arquivamento do contrato e registro da firma.
47. — Prova da existência de sociedade. Das sociedades de fato.
48. — Dos direitos e devêres dos sócios: — generalidades.
49. — Da personalidade jurídica da sociedade: — nome, nacionalidade, domicílio, patrimônio, capacidade contratual e representação judicial.

— XI —

50. — Das sociedades em nome coletivo: — conceito. Característico fundamental. Crítica á definição do art. 315 do código comercial. Outros característicos.
51. — Composição da firma social: — sistemas geralmente adotados.
52. — Da administração social: — gerência simples e coletiva. Silêncio do contrato. Atos de ge-

rência e suas consequências jurídicas. Podê-res dos sócios gerentes. As proibições legais e as restrições contratuais.

53. — Direitos e devêres dos sócios, lucros e perdas, relações entre os sócios e a sociedades, relações com terceiros.

— XII —

54. — Das sociedades em comandita simples: — noção. Característico fundamental: — as duas categorias de sócios, ilimitada e limitadamente responsáveis. Crítica ao art. 311 do código comercial.

55. — Dos sócios comanditados: — princípios governativos da situação destes, quanto á gerência e composição da firma social.

56. — Dos sócios comanditários: — responsabilidade limitada á quota de capital. Regime especial, a que se acham submetidos esses sócios. Capital. Regime especial, a que se acham submetidos esses sócios. Casos em que se modifica o gráu de responsabilidade dos comanditários.

— XIII —

57. — Das sociedades de capital e industria: — conceito e característico fundamental.

58. — Posição jurídica de ambas as categorias de

sócios. Casos em que cessa a irresponsabilidade do sócio de indústria.

59. — Do instrumento do contrato e suas enunciações. Da exclusividade de trabalho do sócio de indústria. Da firma social, obrigatoriedade desta e respectiva composição.
60. — Da administração social e regras aplicáveis.

— XIV —

61. — Das sociedades em conta de participação: — noções gerais. A definição do art. 325 do código comercial. Característicos fundamentais.
62. — As duas classes de sócios e suas responsabilidades.
63. — Consequências da feição secreta ou oculta de tais sociedades.
64. — Das relações dos sócios entre si e com terceiros. Solidariedade dos sócios entre si, e não em face a terceiros: — exceções.

— XV —

65. — Das sociedades por cótas e responsabilidade limitada: — noção geral e caracteres específicos. Pontos de contacto e pontos diferenciais entre estas sociedades e as em nome coletivo e anônimas.

66. — Do contrato social e seus requisitos. Da firma ou denominação social: — modos de constituição. Do aditivo — limitada.
67. — Do capital social: — sua divisão em cotas. Característicos destas. Das cotas indivisas. Das cotas primitivas e das adquiridas: — fundamento da distinção. Das cotas liberadas.
68. — Dos sócios: — seus direitos e obrigações. Dos cotistas remissos. Transformação da responsabilidade dos cotistas.
69. — Da administração da sociedade. Dos sócios gerentes. Do Conselho Fiscal. Da assembléa dos sócios.
70. — Princípios subsidiários.

— XVI —

71. — Das sociedades anônimas: — noção, origens e desenvolvimento histórico.
72. — Traços fundamentais e caracteres diferenciais, em relação e outras espécies de sociedade.
73. — Da constituição das sociedades anônimas. Dos fundadores ou incorporadores, seus direitos e deveres. Dos estatutos e formalidades respectivas. Da subscrição do capital social e forma por que se processa. Da entrada inicial. Do prévio depósito de décima parte

do capital monetário. Das formas de constituição e respectivos processos. Da publicidade legal e da personalidade jurídica.

74. — Do capital, seu aumento e redução. Das ações e suas espécies, assim quanto ao valor de emissão, como á forma externa. Da conversão das ações. Do registro das ações e transmissibilidade destas. Da integração das ações. Da amortização das ações.

75. — Dos órgãos da sociedade anônima: — assembléa geral, administradores e fiscais. Da assembléa geral: — divisão, convocação e constituição legal. Das deliberações da assembléa geral e sua execução. Dos administradores: — nomeação, caução, remuneração, destituição, renúncia, poderes e funções. Do conselho fiscal: — número de membros, nomeação, remuneração, tempo de exercício, funções, deveres e responsabilidades.

— XVII —

76. — Das sociedades em comandita por ações: — noção geral e caracteres específicos.

77. — Forma por que se constituem e elementos essenciais á constituição.

78. — Do capital social.

79. — Dos órgãos sociais

— XVIII —

- 80 — Das sociedades de capital variável: — noção geral.
81. — Das cooperativas: — característicos essenciais, modos de constituição, capital social e sua formação, administração, admissão e exclusão de sócios, operações e espécies de sociedades cooperativas.

— XIX —

82. — Das sociedades sem capital: — os sindicatos. Idéas gerais sobre a constituição e funcionamento.

XX

83. — Da fusão e incorporação de sociedades.
84. — Da dissolução das sociedades mercantis: — espécies.
85. — Da liquidação e divisão do ativo social.

— XXI —

86. — Dos títulos de crédito: — noção e caracteres. Instrumento. Fundamento da obrigação. Emissão e espécies.
87. — Dos títulos nominativos, á ordem e ao portador: — circulação.

- 88. — Constituição de direitos reais sobre títulos de crédito.
- 89. — Do vencimento do título. Pagamento e falta de pagamento.
- 90. — Da reivindicação dos títulos á ordem.
- 91. — Da anulação dos títulos de crédito.

— XXII —

- 92. — Dos títulos de crédito ao portador: — conceito e natureza jurídica.
- 93. — Do momento de formação do vínculo obrigacional: — teorias a respeito.
- 94. — Da transmissão de propriedade do título ao portador: — fundamento.
- 95. — Dos títulos accessórios e sua natureza.
- 96. — Requisitos, forma e emissão do título ao portador. Da conversão dos nominativos em ao portador. Modos de extinção: — pagamento, conversão, prescrição e destruição.
- 97. — Das debentures e sua regulamentação.

— XXIII —

- 98. — Da cambial: — noção. Síntese histórica da cambial.

99. — A doutrina italiana, a francês e a tudêsa. Orientação do direito brasileiro. A tendência unificadora do direito cambiário.
100. — O conceito moderno da cambial. Modalidades da cambial.

— XXIV —

101. — Lêtra de câmbio: — noção. Pessoas que nela figuram, ou podem figurar.
102. — Dos requisitos essenciais. A questão da data.
103. — Dos direitos e obrigações cambiais. Cláusulas inadmissíveis.
104. — Do saque e da aceitação da lêtra de câmbio. Modalidades da emissão.
105. — Do aval. Responsabilidade do avallista. Aval simultâneo e sucessivo.
106. — Da capacidade jurídica para emitir, aceitar e avalisar.
107. — Do endôss e suas espécies. Do endôss posterior ao vencimento. Efeitos do endôss próprio.
108. — Do vencimento. Do pagamento. Da falta de aceitação ou de pagamento da lêtra de câmbio. Do direito de regresso. Da ação cambiária.

— XXV —

109. — Da nota promissória: — conceito, requisitos, natureza e emissão.
110. — Em que a nota promissória se distingue da letra de câmbio. Princípios desta aplicáveis àquela.

— XXVI —

111. — Do chéque: noção. Pressupostos.
112. — Da emissão: — modalidades. — Requisitos, circulação e pagamento do chéque.
113. — Do chéque cruzado. Das Câmaras de Compensação.
114. — Do chéque circular.

— XXVII —

115. — Dos contratos mercantis: — idéas gerais. Classificação dos contratos. Caractéres específicos dos contratos comerciais.
116. — Do momento de formação do vínculo obrigacional: — teorias a respeito.

— XXVIII —

117. — Da vontade unilateral como fonte geradora de obrigações: — teorias a respeito.

— XXIX —

118. — Da compra e venda mercantil e sua conceituação. Natureza jurídica. Elementos do contrato. Direito e obrigações dos contratantes. Modalidades do contrato.
119. — Do *pactum reservati dominii*: — definição e elementos. Natureza do pacto e efeitos. Afinidades e diferenças com outras espécies contratuais.
120. — Das duplicatas ou contas assinadas; — idéas gerais.

— XXX —

121. — Dos contratos de bolsa; — espécies.
122. — Do reporte: — noção, elementos e natureza jurídica.
123. — Dos contratos a termo — noção, elementos e natureza jurídica.
124. — Dos contratos diferenciais: — noção elementos e natureza jurídica.

— XXXI —

125. — Dos contratos de abertura de crédito e de contas correntes: — noção, elementos e natureza jurídica.

— XXXII —

126. — Do contrato de depósito: — noção, espécies, elementos e natureza jurídica. Do depósito de dinheiro em Banco.

— XXXIII —

127. — Do depósito em armazens gerais. Noção desses estabelecimentos e sua organização. Funções e vantagens. Dos warrantes: — forma, natureza, requisitos e funções desse título.

— XXXIV —

128. — Dos contratos de garantia: — espécies.
129. — Do penhor, — noção, elementos e natureza jurídica.
130. — Da caução de títulos: — noção, elementos e natureza jurídica.
131. — Da fiança: — noção, elementos e natureza jurídica.

— XXXV —

132. — Do contrato de seguro: — conceito, elementos, forma e natureza jurídica.
133. — Espécies de seguro. Seguro sobre a vida e contra os danos ás coisas. Seguro contra accidentes no trabalho.

— XXXVI —

134. — Do contrato de transporte, especialmente o ferro-viário, assim o de pessoas como o de mercadorias: — noção, elementos e natureza jurídica.

— XXXVII —

135. — Do contrato de subministração de serviços públicos: — noção, elementos e natureza jurídica.

— XXXVIII —

136. — Da prescrição em matéria comercial. Prazos e modos de interrupção.

4.^a CADEIRA

Direito Internacional Publico

DR. ODILON NESTOR

Professor Catedrático

PRIMEIRA PARTE

1.^a Lição

Bases do Direito Internacional Publico. Definição do Direito Internacional Publico. A vida internacional e suas manifestações.

2.^a Lição

O homem e o Estado. Sociedade nacional e sociedade internacional. Direitos internacionais do homem.

3.^a Lição

Formação do Estado. Teoria da soberania patrimonial. O principio de personalidade da soberania.

4.^a Lição

Direito do homem a um Estado. Os principios diretores em materia de nacionalidade. Direito dos povos ao Estado e suas applicações.

5.^a Lição

O reconhecimento. Formas e applicações do reconhecimento. O reconhecimento coletivo.

6.^a Lição

Diferentes formas de Estados. Associações de Estados: uniões pessoais e união real; federações e confederação. Hierarquia de Estados: o Estado vasalo e o Estado protegido.

7.^a Lição

Proteção da integridade territorial do Estado. Proclamação do principio nas Declarações dos direitos e deveres das Nações. A proteção dos fortes e a proteção dos fracos.

8.^a Lição

A integridade territorial no continente americano. Pacto mutuo entre todos os Estados da America.

rica para a garantia de sua integridade territorial.
As ultimas conferencias panamericanas.

9.^a Lição

Garantia da independencia politica do Estado. A
proteção das minorias. O estatuto das minorias.

10.^a Lição

O direito dos povos de dispor de si proprios.
Evolução historica e doutrinal. Estabelecimento do
principio em direito positivo.

SEGUNDA PARTE

11.^a Lição

O commercio internacional. O principio da liber-
dade do commercio. As estradas internacionais.

12.^a Lição

O mar. Liberdade do alto mar. Liberdade de na-
vegação. Liberdade da pesca.

13.^a Lição

O mar territorial. Condição jurídica do mar ter-
ritorial. Extensão do mar territorial.

14.^a Lição

O mar nacional. Condição jurídica do mar na-
cional. Regimen do mar nacional em tempo de paz
e em tempo de guerra.

15.^a Lição

Os estreitos e canais marítimos. O regimen dos principais estreitos e canais marítimos. Organização internacional das vias de comunicação marítimas.

16.^a Lição

Os rios internacionais. A prática e o direito convencional dos Estados. O regimen dos principais rios do mundo.

17.^a Lição

Os navios e as aeronaves. Nacionalidade dos navios e das aeronaves. Navios e aeronaves fóra das aguas nacionais e do ar nacional.

18.^a Lição

Os tratados internacionais. Evolução histórica dos tratados. O tratado-lei e o tratado-contrato. Tratados políticos e tratados econômicos.

19.^a Lição

Efeitos dos tratados em relação aos "terceiros". Processos normais de expansão do direito positivo convencional. A cláusula da nação a mais favorecida.

20.^a Lição

Invalidação dos tratados-leis. Abrogação explícita e abrogação implícita do direito convencional. A cláusula REBUS SIC STANTIBUS.

21.^a Lição

Os órgãos das relações internacionais. Os agentes diplomaticos: condições de sua nomeação. Atribuições, prerrogativas e imunidades dos agentes diplomáticos.

22.^a Lição

Os consules. Organização dos consulados. Atribuições e funções dos consules. Fim das funções consulares.

TERCEIRA PARTE

23.^a Lição

Direito preventivo da guerra. Negociações diplomaticas. Arbitragem voluntária e arbitragem obrigatória. As convenções de Haya de 1899 e 1907.

24.^a Lição

Soluções políticas e soluções jurídicas sob o regimen da Sociedade das Nações. A Corte Permanente de Justiça internacional. O Pacto de Paris.

25.^a Lição

A guerra. As leis da guerra. Efeitos da declaração de guerra. Distinção entre beligerantes e não beligerantes.

26.^a Lição

Os metodos de guerra. Os átos de guerra prohibidos pelo Regulamento de Haya, concernente á guerra terrestre.

27.^a Lição

Os prisioneiros de guerra: militares e civis. Como devem ser tratados os prisioneiros de guerra. Leis e regulamentos a que estão sujeitos os prisioneiros de guerra.

28.^a Lição

Os feridos e doentes. Leis costumeiras e convencionais relativas aos feridos e doentes. Formações e estabelecimentos sanitarios. Pessoal sanitario. Os mortos: respeito que lhes é devido.

29.^a Lição

A occupação militar. Organização geral do paiz occupado. Disposições do Regulamento de Haya referentes ás pessoas e aos bens dos habitantes do territorio occupado.

30.^a Lição

A guerra aerea. Como se caracteriza a guerra aerea. Atos prohibidos ou permitidos quer ao aviador, quer ao Estado subjacente. Normas do Direito internacional convencional relativo á guerra aerea.

31.^a Lição

A guerra marítima. Os navios de guerra e os navios auxiliares. Os submarinos. Minas e torpedos.

32.^a Lição

Os navios de commercio. Os navios postais e hospitalares. A propriedade privada inimiga. A presa e o julgamento das presas.

33.^a Lição

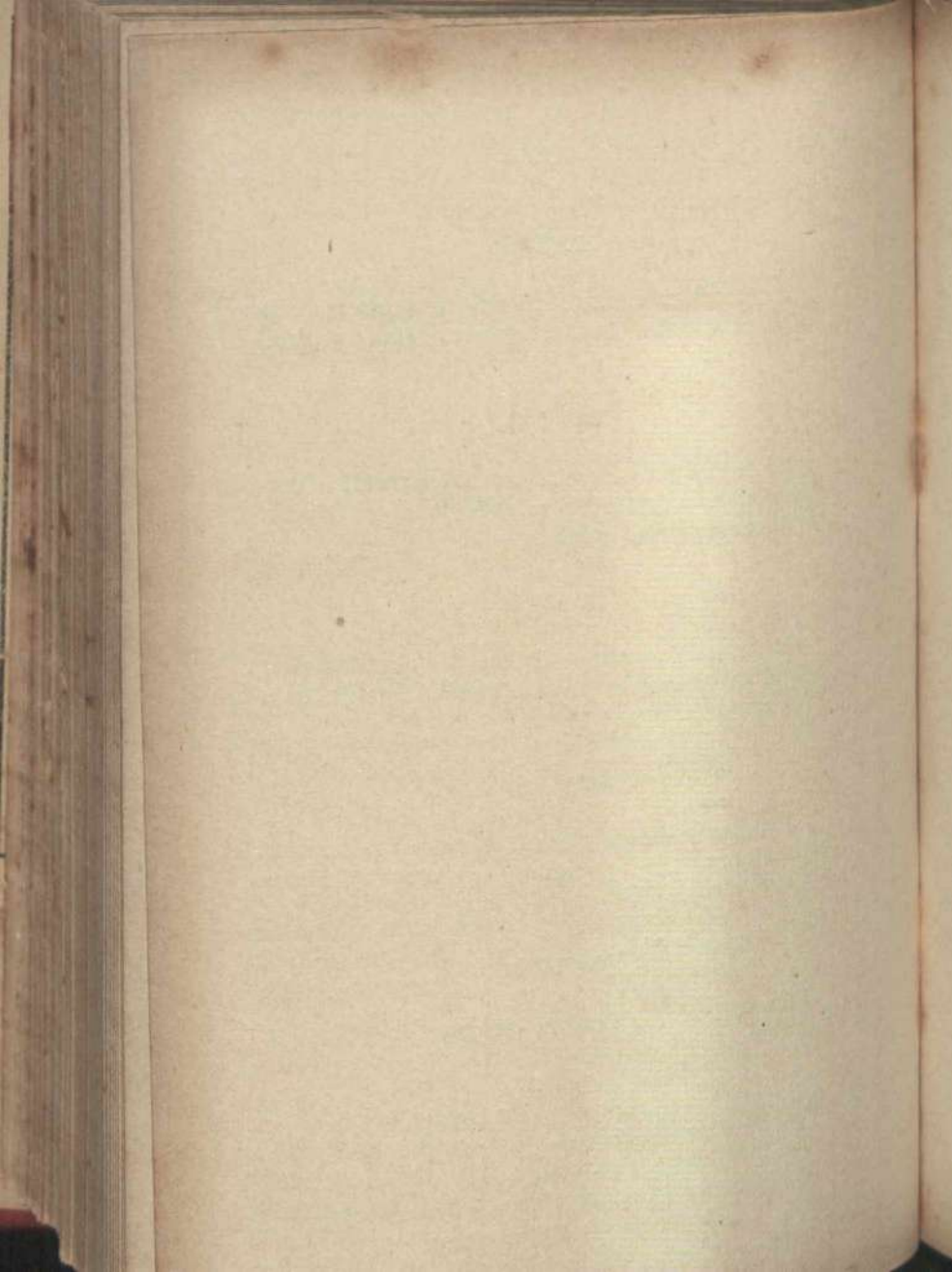
Os Estados neutros e os Estados neutralizados. Caractéres gerais da neutralidade. Os direitos e obrigações da neutralidade.

34.^a Lição

O contrabando de guerra. A visita e o comboio dos navios neutros. A captura e a destruição dos navios neutros.

35.^a Lição

Fim da guerra. Tratado de paz. Indenizações de guerra.



Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMAS DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

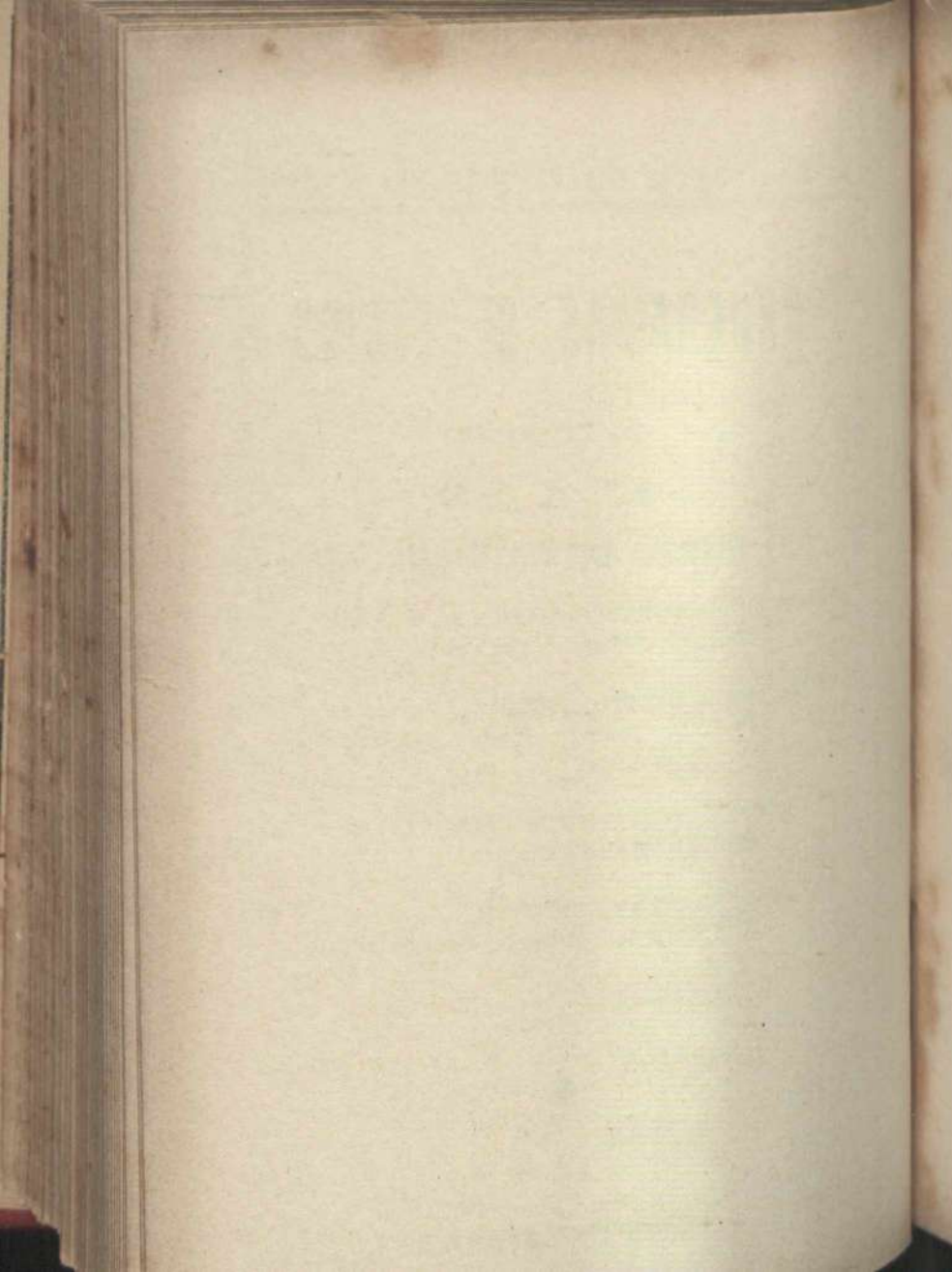
4.º ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

1.ª Cadeira — DIREITO CIVIL	3
Prof. Dr. Nehemias Gueiros	
2.ª Cadeira — DIREITO PENAL	7
Prof. Dr. Joaquim Ignacio de Almeida Amazonas	
3.ª Cadeira — DIREITO JUDICIARIO CIVIL	29
Prof. Dr. Pedro Palmeira	
4.ª Cadeira — MEDICINA LEGAL	39
Prof. Dr. Edgar Altino Correia de Araujo	



ANO 1941



1.^a CADEIRA

DIREITO CIVIL

DR. NEHEMIAS GUEIROS

Professor Catedrático Interino

DIREITO DAS COISAS

1

Coisas.

2

Da propriedade em geral. Os direitos reais.

3

Do domínio.

4

Aquisição do domínio em geral

5

Do usucapião em particular.

6

Perda e defesa do domínio.

7

Condomínio.

8

Da Enfiteuse.

9

Das Servidões.

10

Usufruto, uso e habitação.

11

Rendas sobre imóveis.

12

Do Penhor.

13

Da Anticrese.

14

Da Hipoteca.

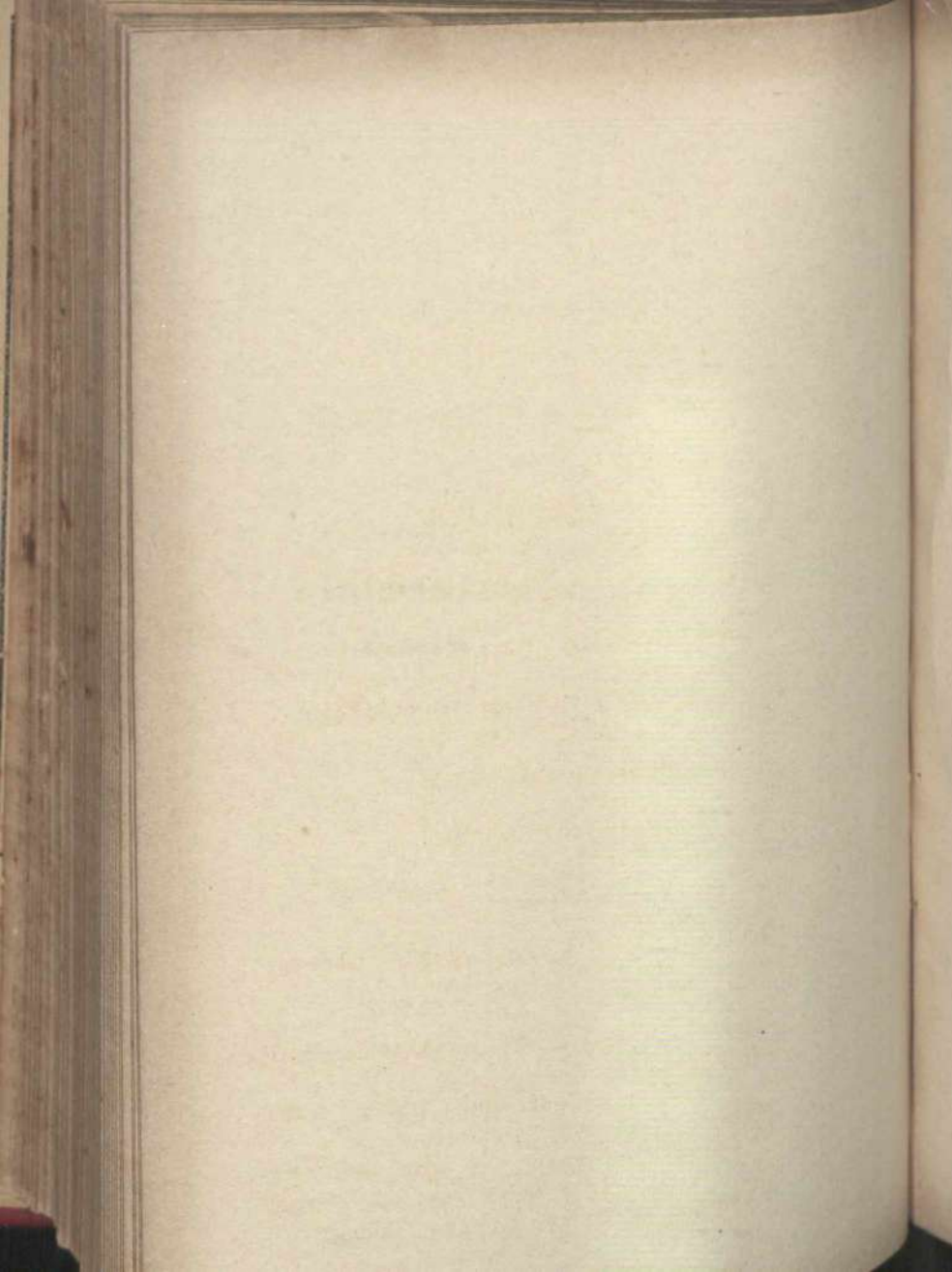
15

Da propriedade literária, artística e científica.

16

Da posse.

(Programa organizado pelo Prof. Gondim Filho)



2.^a CADEIRA

Direito Comercial

(Marítimo, Falências e Concordatas)

DR. JOAQUIM IGNACIO DE ALMEIDA
AMAZONAS

Professor Catedrático

PRIMEIRA PARTE

I

1. — Comercio Marítimo: seu conceito. Generalidades.
2. — Inicio e desenvolvimento do comercio marítimo:
 - a) — o Oriente longinquo: China, India, Japão.
 - b) — o Oriente proximo: o mar Mediterraneo. Os Hebreus e Babilonezes. Os Fenícios e Egípcios. Os Gregos, Cartago e Roma.

c) — os mares Ocidentais: Os Portuguezes e Hespanhóes. Os Holandezes. Inglezes e outros póvos.

3. — Liberdade do commercio marítimo: MARE CLAUSUM (de Selden). MARE LIBERUM (de Grotius)

II

4. — Restrições á liberdade dos mares e, em consequencia, á liberdade do commercio marítimo:
a) — o commercio marítimo em tempo de paz;
b) — o commercio marítimo em tempo de guerra.
5. — Importância do commercio marítimo nas diversas idades.
6. — Divisões do commercio marítimo.

III

7. — Conceito do Direito Commercial Marítimo: origem e desenvolvimento:
a) — os tempos antigos:
— as leis rodianas: a) penais, b) de policia preventiva;
— as leis atenienses;
— as leis marselhesas;
— as leis romanas:
— o edito perpetuo,
— o Código Teodosiano,
— o Código Justiniano,

- as Pandectas,
- as Basilicas e as constituições do Imperador Leão.
- b) — a Idade Media:
 - o Consolato del mare,
 - as leis amalfitanas,
 - os Julgamentos de Oleron,
 - as leis de Wisbuy,
 - a Hansa Transatlantica,
 - as Ordenanças reais de França até Luiz XIV.
- c) — O Código Comercial Francez de 1807. Os Codigos posteriores. O Código Brasileiro de 1850.

IV

8. — Caractéres do Direito Comercial Marítimo:
- particularismo e originalidade,
 - tradicionalismo e evolução,
 - tendencias atuais: segurança, rapidez, unificação,
 - imutabilidade no tempo e universalidade no espaço.
9. — Divisões do Direito Comercial Marítimo:
- internacional público marítimo,
 - administrativo marítimo,
 - marítimo privado.
 - internacional privado marítimo.
10. — Classificação do Direito Comercial Marítimo no quadro geral do Direito.

V

11. — Navio: conceito. Vidari e Pipia. Objéto de commercio, porém não mercadoria. Coisa movel. Teoria do navio imovel. Teoria do navio movel — imovel. Verdadeira natureza juridica do navio. Diferenciação entre o navio e as coisas moveis em geral.
12. — Partes e accessorios do navio. O navio RES CONEXA. Presunção de ser sempre o mesmo. Semelhanças ao organismo: corpo e membros
13. — Construção do navio: meio originário de aquisição. Quem pode construir navios: legislação referente.
Modos de construção:
 - por economia,
 - A' FORFAIT, ou por contrato.
14. — Contrato de construção e seus efeitos:
 - no por economia,
 - no á forfait ou empreitada,
 - os riscos, durante a construção.
15. — O lançamento do navio ao mar, e sua entrega. Exercício da navegação.
16. — Resolução do contrato de construção.

VI

17. — Estado civil do navio: sua individualização: legislação a respeito.

18. — A teoria da personalidade do navio: pessoa jurídica ou ente de direito.
O estatuto pessoal do navio: a lei da bandeira.
A teoria do navio como patrimonialidade.
19. — Fim do navio:
— perda,
— destino diverso,
— demolição.
20. — Registros de navios. O Lloyd's Register. O Bureau Veritas e outros.

VII

21. — Abalroamento: conceito. Frequencia do acontecimento. Regulamentações antigas e modernas.
22. — Espécies de abalroamento:
a) — culposo: — culpa simples; — culpa dupla ou comum,
b) — duvidoso,
c) — fortuito ou simples,
d) — outras figuras.
23. — Responsabilidades resultantes do abalroamento.
24. — Convenções e Regulamentação internacional, para evitar abalroamento. Regras principais: 1879/1880, por iniciativa da Inglaterra: 1897.

VIII

25. — Propriedade de navio: Generalidades;
— propriedade originária,
— propriedade derivada.
26. — Transmissão da propriedade de navio por direito civil;
— herança ou legado,
— alienação onerosa:
a) — voluntária
b) — judicial ou forçada.
27. — Pagamento e distribuição do preço: Direito dos credores, na alienação onerosa.

IX

28. — Meios especiais do Direito Comercial, para a transmissão da propriedade de navio:
— abandono aos credores,
— abandono ao segurador,
— usucapião ou prescrição aquisitiva.
29. — Transmissão da propriedade de navio, por meio de direito público:
— presa bélica. Legitimidade ou ilegitimidade. A propriedade neutra. A propriedade inimiga.
— Confiscação, por contrabando de guerra, ou ruptura de bloqueio efetivo. Embargo.

X

30. — Proprietario de navio. Quem pode sel-o em direito brasileiro. Transmissão de toda ou parte da propriedade de um navio a estrangeiro. Armador de navio. Diferença entre esta figura e a do proprietario.

XI

31. — Responsabilidade diréta do proprietário. O artigo 494 do Código de 1850. Proprietario ao mesmo tempo armador.

32. — Responsabilidade reflexa ou indiréta do proprietario, resultante de atos ou fatos do capitão, originando-se:

- de obrigações contratuais
- de fatos ilícitos.

Representação do capitão nos contratos: obrigações para o proprietario.

Culpa IN ELIGENDO do proprietario, ou a teoria da culpa do proprio navio. Responsabilidade do proprietario pelos atos ilícitos do capitão.

Extensão das responsabilidades. Fato da equipagem contra o Capitão: cessação da responsabilidade do proprietario.

— XII —

33. — Limitações á responsabilidades: clausulas liberatorias não se justificam.
Limitações parcial: Sistemas:

- o alemão, de Endeman; em que consiste,
 - o francês, de responsabilidade pessoal do proprietário, com a faculdade do abandono,
 - o inglez, que não permite o abandono,
 - o hespanhol, adotado pelo Código Brasileiro de 1850, em que consiste.
- O abandono liberatorio, no Código Brasileiro.

XIII

34. — Condomínio de navio. Navio pertencente a sociedades, regulares ou irregulares, ou de fato. Parceria marítima.
- Divisão do navio em partes. Diversidades nas legislações.
- Administração do navio em condomínio. Maioria e minoria, como se contam. Concer-tos no navio. Venda de partes do navio: preferencia dos compartes para a compra.
- Responsabilidades do navio em condomínio.
- Direito de abandono e seu exercício.

XIV

35. — A figura do armador, destacada da do pro-prietario. Em que consiste a armação de na-vio. Quem pode ser armador.
- Sistemas permissivos de armação de navio:
- o de proteção e privilegios a nacionais.
 - o de igualdade ou assimilação de pavilhões.
- O sistema brasileiro.

XV

36. — Especies de armador:

— o armador gerente (ou Caixa, do direito brasileiro): nomeação, direitos e obrigações, figura jurídica, responsabilidade por seus actos: a quem cabe, demissão, contas.

Si exercita o commercio, no proprio nome, quando no exercicio do cargo. Deficiencia da lei brasileira.

— O armador fretador:

natureza do contrato com o proprietario, direitos e obrigações, figura jurídica, exercicio do commercio, responsabilidade para com terceiros e sua incidencia sobre o navio. Opiniões discordantes, — Pipia. A lei brasileira.

XVI

37. — A representação do navio fóra de seu domicilio:

— o representante geral, poderes, representação commercial, representação judicial, independencia em relação ao capitão. Responsabilidades.

— os agentes e consignatários de navios: conceito de cada figura, diversidade de conceitos nas legislações: direito brasileiro e italiano, poderes, representação e relações com o capitão. Responsabilidades

— a figura do SPRACARICO ou SUBRÉCAR-QUE:

conceito, antiguidade, funções, desuso.

XVII

38. — O Capitão. Quem pode se-lo, de navio brasileiro. Sua figura jurídica. Seus poderes. Direitos e Deveres.
Papeis e livros que é obrigado a ter a bordo:
— o registro do navio,
— Ról de equipagem,
— o Diario de navegação,
— o livro de carga,
— o livro de Receita e da Despesa,
— o Código Commercial.
39. — Representação do navio pelo Capitão:
— em relação a terceiros,
— em relação ao proprietario ou ao armador.

XVIII

40. — A equipagem e seu engajamento. Natureza do contrato.
— Officiaes de pôpa e de prôa. O médico. Outras pessoas.
— Marinheiros, em geral. Môços de bordo.
— Direitos e Deveres de equipagem. Salários. Morte, ferimentos, molestia e captura de pessoa da equipagem.
41. — Fim do contrato de engajamento ou de arrolamento: o Código de 1850.

XIX

42. — Contrato de fretamento: generalidades. Ato de commercio objetivo. Forma que deve afetar: ad solenitatem ou ad probstionem tantum?

43. — Carta partida: enunciações. O que compreende.
44. — Natureza jurídica deste contrato: bilateral, consensual comutativo, oneroso. De coisa ou de locação de coisa e de serviços? Classificação verdadeira.
45. — O sub-fretamento.

XX

46. — O fretamento á colheita ou prancha: historico. O que é o conhecimento. Natureza jurídica deste documento. Forma e requisitos, Espécies. Modos de transferir sua propriedade.
- Cláusulas limitativas da responsabilidade do navio: permissibilidade.
- Efeitos do conhecimento:
- direitos do possuidor,
 - direitos do capitão.

47. — O conhecimento como meio de prova. Os decretos comerciais de 1850 e sua reforma. Os decretos numeros 19.473, de 10 de Dezembro de 1930, 19.754, de 18 de Março de 1931 e 20.454, de 29 de Setembro de 1931. A lei numero 388, de 3 de Fevereiro de 1937 (conhecimento para o estrangeiro)

XXI

48. — A viagem: direitos e obrigações das partes, antes, durante e depois da viagem.

49. — O frete: o que é, e a quem é devido. Quem é obrigado ao seu pagamento e em que ordem. Solidariedade entre carregador e recebedor. Epoca em que é devido. Antecipação do frete. Mercadorias chegadas ao destino em boas condições. Mercadorias extraviadas. Mercadorias avariadas. Recebimento das mercadorias no porto do destino. Decadencia e prescrição.

XXII

50. — Contrato de transporte de passageiros. Generalidades. Natureza Jurídica. Colocação da materia nos códigos. Si pode ser considerado de fretamento. Forma do contrato e meio de prova. Direitos das partes. Si pode o passageiro ceder o seu direito á viagem. Obrigações das partes: antes, durante e ao fim da viagem.

XXIII

51. — O crédito naval:

- hipoteca naval. Generalidades. Evolução histórica. O Código de 1850. As leis de 1864 e 1891. O Código Civil.
- penhor do navio. Inconveniencia.
- anticresis do navio. Applicabilidade.
- creditos privilegiados por força da lei.
- créditos quirografarios.

XXIV

52. — O contrato de empréstimo a câmbio ou risco marítimo. Generalidades. Historia. O Nauticum Foenus. Caractéres economico e jurídico desse contrato. Sua natureza de contrato real.

O dador e o tomador. Quem somente poderá ser tomador.

Determinação do objéto sobre que é feito o empréstimo. Sobre que objéto poderá recair. Conteúdo do contrato. O risco. Efeitos desse contrato. Resolução do mesmo contrato. Seu pouco uso atual: motivos.

XXV

53. — Avarias. Generalidades. Conceito. O Código de 1850. Necessidade de reformas do sistema universal das avarias.

Classificação e especies: danosas e gravosas. Particulares ou simples e grossas ou comuns.

54. — As avarias grossas característicos. As avarias simples. Tipos principais das avarias grossas.

Das avarias grossas: a massa credora; a massa devedora ou contribuinte; o navio, o frete a carga.

A contribuição para pagamento das avarias grossas: liquidação e repartição: amigavel ou judicial.

XXVI

55. — O contrato de seguros contra os riscos da navegação. Generalidades. As pessoas que figuram no contrato. Conceito, requisitos, classificação do contrato.
O risco e seu correspondente: o prêmio.
Resolução do contrato.
O sinistro, sua comunicação, obrigações do segurado.

XXVII

56. — Ação para cobrança da indenização devida pelo segurador.
Ação de avaria, por não ter sido total o sinistro: o abandono subrogatório, no direito marítimo brasileiro.
A ação de abandono: como pode este ser realizado e em que casos.

XXVIII

57. — Salvamento e Assistência. Generalidades.
— até a idade média,
— a época de Luiz XIV e as leis italianas
— a legislação posterior: França e Alemanha.
58. — Noção jurídica de cada um dos dois institutos:
— o salvamento: quasi contrato. Obrigatoriedade.
— a assistência: facultativa ou obrigatória?
As diversas legislações.

XXIX

59. — Remuneração dos trabalhos do salvamento ou assistencia.
Acordo para a prestação da assistencia. Validade: impugnação.
Efeitos do salvamento ou da assistencia.
Obrigatoriedade da comunicação de salvamento á autoridade pública.
60. — A convenção Internacional de Bruxelas, estabelecida entre varios paizes (1888), e a de Genova (1892), para regulação dos dois Institutos. Ratificação. Adesões. As Convenções de Bruxelas de 1910.

SEGUNDA PARTE

XXX

61. — A falencia e a Economia. A falencia no direito privado e no processual. Realização da obrigação: direito dos credores sobre o patrimonio do devedor comum. Realização da obrigação na falencia do devedor. A falencia e o Direito Penal.

XXXI

62. — Origens da falencia. Sua filiação romana: — a lei das XII TABOAS: realização pessoal da obrigação.
O nexus.

— Modificações: a Lei Petelia: execução patrimonial da obrigação:

- a) missio in bonis possessionem,
- b) venditio bonorum,
- c) distratio bonorum,
- d) cessio bonorum.

XXXII

63. — A falencia na idade media:

- a) as leis barbaricas e sua influencia,
- b) a execução privada,
- c) ingerência da autoridade judicial,
- d) a DATIO IN SOLUTUM, privada ou judicial,
- e) a execução falimentar,
- f) a difusão do instituto.

XXXIII

64. — A falencia nos tempos modernos:

- a) a França e a Italia,
- b) a Suissa e a Hespanha,
- c) a Inglaterra. Os paizes Germanicos,
- d) Portugal e o Brasil.

XXXIV

65. — Caracterização definitiva da falencia:

XXXV

66. — A falencia e seus pressupostos:

- a) sujeito ativo,

- b) sujeito passivo,
- c) cessação de pagamentos,
- d) declaração judicial.

XXXVI

- 67. — Concepções latina e germanica da falencia. Diferenciações.
- 68. — Unidade e multiplicidade da falencia: em que consiste cada um dos sistemas. Legislações diferentes. Preferencia.

XXXVII

- 69. — A legislação brasileira até 1889: as leis portuguezas. O Código de 1850 e seu sistema. O projéto de reforma de 1866. O decreto de 1882, permissivo da concordata por abandono.

XXXVIII

- 70. — A reforma de 1890: o decreto numero 917, de 24 de Outubro desse ano. Sua formação. Seu sistema. Suas vantagens. Seus defeitos.

XXXIX

- 71. — A reforma de 1902: a Lei numero 859, de 6 de Agosto desse ano. Seu sistema e característica principal. Seu Regulamento de 2 de Junho de 1903. Nova publicação da lei. Desastre de sua aplicação.

XL

72. — A reforma de 1908: o decreto numero 2024, de 8 de Dezembro desse ano. Sua formação. Seu sistema. Apreciação geral sobre sua aplicação. Suas vantagens sobre as leis anteriores. Seus defeitos. Influência do sr. Carvalho Medonça.
73. — A reforma do decreto numero 2.024: o decreto legislativo numero 5.746. Melhorias e defeitos. Modificações principais á lei anterior.

XLI

74. — A declaração judicial da falencia. Motivos determinantes, ou causas que dão logar á mesma declaração. Analise de cada um.
75. — Juiz competente para declarar aberta a falencia. Recursos contra a sentença declaratória ou denegatória, da falencia requerida.

XLII

76. — Pessoas sujeitas á falencia: os comerciantes. Falencia dos não comerciantes: legislação comparada. Falencia das sociedades: efeitos sobre as pessoas dos socios.

XLIII

77. — Efeitos juridicos da sentença declaratória da falencia:
a) quanto aos direitos dos credores.

XLIV

78. — Efeitos da sentença declaratória da falencia:
- b) quanto á pessoa do falido,
 - c) quanto aos bens do falido.

XLV

79. — Efeitos da sentença declaratória da falencia:
- d) quanto aos contratos do falido,
 - e) quanto á revogabilidade de atos praticados pelo falido, anteriormente á declaração da falencia: ação revocatória.

XLVI

80. — Pessoal da administração da falencia: o síndico; o liquidatário. Nomeação. Obrigações de um e de outro. Disposições legais comuns a um e ao outro. Disposições especiais a cada um.
81. — Arrecadação e guarda dos livros, papeis e bens do falido. O sistema brasileiro.
82. — Continuação dos negocios do falido, durante a sindicancia.

XLVII

83. — Verificação e classificação dos créditos. Impugnação de crédito e seu processo.
84. — Credores retardatários: sua habilitação e respectivo processo.

XLVIII

85. — Recursos contra a admissão ou exclusão de credores. Revogabilidade da admissão ou da classificação de credito, por meio extraordinário.

XLIX

86. — Assembléa de credores constituição e poderes. Apresentação e julgamento de concordata, na falencia. Aceitação da proposta de concordata: recursos contra essa aceitação.
87. — Recusa da proposta de concordata, na falencia. Não apresentação de proposta de concordata: eleição do liquidatário. Destituição do liquidatário: casos em que pode ter lugar. Processo dessa destituição e escolha do novo liquidatário. Recurso admitido contra a destituição.

L

88. — Não cumprimento da concordata e seus efeitos. Reabertura da falencia, pela revogação da concordata: processo. Habilitação dos credores posteriores á concordata homologada.

LI

89. — Cumprimento da concordata: reabilitação do falido e seu processo. Outros casos de re-

habilitação: processo. Efeitos da reabilitação.

LII

90. — Realização do ativo e liquidação do passivo.

91. — Pagamento aos credores: a) da massa; b) da falencia. Preferencia.

LIII

92. — Prestação de contas do síndico e do liquidatário. Remuneração a um e ao outro: arbitramento.

LIV

93. — Meios preventivos da declaração da falencia: moratoria e cessão de bens, no direito brasileiro.

LV

94. — A concordata preventiva: sua história e fundamento.

LVI

95. — A concordata preventiva no direito brasileiro: seu processo. Aceitação e homologação: efeitos. Recusa: efeitos.

LVII

96. — Embargos á concordata preventiva aceita. Processo e recurso contra a sentença que os

julga não provados, homologando a concordata proposta. Sentença que julga os embargos provados, deixando de homologar a proposta: efeitos. Recurso admitido contra essa sentença denegatória de homologação.

LVIII

97. — Não cumprimento da concordata preventiva aceita e homologada: efeitos. Revogação da concordata e abertura da falência: processo.

LIX

98. — Sentenças estrangeiras de declaração de falência: sua exequibilidade no Brasil. Exigência de homologação pelo Supremo Tribunal Federal.

LX

99. — Crimes em materia de falência. Competência. Processo.

3.^a CADEIRA

Direito Judiciário Civil

DR. PEDRO PALMEIRA

Professor Catedrático Interino

PARTE PRELIMINAR

1.^o

Do direito Judiciário Civil: Conceito; comprehensibilidade do seu objeto; posição enciclopédica; relações com os outros ramos da ciência jurídica.

2.^o

Da efficacia do direito judiciário no tempo e no espaço.

3.^o

Da função jurisdiccional, em confronto com as dos demais órgãos da soberania nacional. Do poder judiciário. Da função contenciosa e administrativa.

4.º

Organização judiciária. Sistemas diversos de organização. Da organização judiciária no Brasil.

5.º

Juizo arbitral: conceito e fundamento; inconvenientes e vantagens. Como se constitui e atua esse juizo, em face de nossas leis.

6.º

Da competência: conceito e espécies.

7.º

Do juizo: noção; das pessoas que o constituem; partes necessárias e partes intervenientes. Do litisconsórcio.

8.º

Da capacidade para estar em juizo. Incapacidade absoluta e incapacidade relativa; meios de supri-las.

9.º

Dos auxiliares das partes litigantes. Assistência judiciária.

10.º

Do processo: conceito; necessidade política do processo. Condições fundamentais.

11.º

Dos atos processuais; discriminação. Dos requerimentos, articulados e alegações. Dos autos, termos e certidões. Dos despachos e sentenças.

12.º

Das condições de realização dos atos processuais, quanto ao tempo e ao lugar. Prazos. Feriados e feriados forenses.

13.º

Da nulidade: noções gerais; espécies.

14.º

Da ação: accepções; conceito; divisões. Condições de seu exercício. Extinção das ações.

15.º

Do concurso e da acumulação das ações.

PARTE SEGUNDA

16.º

Da instancia: Comêço e término da instancia. Suspensão e perempção.

17.º

Dos atos processuais comuns ás ações em geral. Da petição inicial. Cautelas e forma. Adição e emenda. Distribuição.

18.º

Citação: conceito e fundamento. Cautelas quanto ás pessoas que devem ser citadas. Espécies. Efeitos. Da circundução e da revelia.

19.º

Da defesa: conceito fundamento e espécies. Das excepções: fisionomia jurídica, divisão. Cautelas quanto á ordem e ao tempo em que devem ser oferecidas. Processo.

20.º

Da contestação: conceito e espécies. Cautelas e forma. Arguição de nulidade. Da réplica. Da litiscontestação.

21.º

Dilação probatória. Das provas em geral; conceito, espécies e meios de provas admitidos em nosso direito. Do sistema de provas legais e do de livre convicção do juiz. Do onus da prova.

22.º

Da prova documental. Da confissão. Do depoimento pessoal. (Noções gerais, cautela e processo).

23.º

Das vistorias. Do arbitramento. (Noções gerais cautela e processo).

24.º

Das alegações finais.

25.º

Da sentença: definição; requisitos elementares e formas. Publicação e intimação.

26.º

Da coisa julgada.

PARTE ESPECIAL

DAS AÇÕES

27.º

Das ações ordinárias: noções gerais; casos em que têm lugar; marcha processual e prática formulária.

28.º

Das ações sumárias e sumaríssimas: noções gerais, casos em que têm lugar; processo e prática formulária.

29.º

Das ações executivas: noções gerais; pressupostos jurídicos, espécies; casos de aplicação; processos e prática formulária.

30.º

Das ações decendiarias e quindeceniarias: noções gerais; casos em que têm lugar; processo e prática formulária.

31.º

Das ações proessorias: noções gerais, espécies. Do interdito proibitório; da ação de manutenção; da ação de esbulho. Cautelas e forma respectivas.

32.º

Da ação de imissão de posse. Da nunciação de obra nova : Noções gerais, cautelas, rito processual e prática formulária, respectivamente.

33.º

Da ação de despejo: a quem compete e quando tem lugar; cautelas a observar nos diversos casos. Da defesa: em que pode consistir; reflexo de seu conteúdo sobre a forma processual. Prática formulária. **Do renovamento da locação de imóveis destinados a fins comerciais ou industriais:** fundamento legal, pressupostos; processo e prática formulária.

34.º

Das ações para construção, e conservação de tapumes e para indenisação de parede ou tapume divisório: disposições legais em que se fundam cautelas, marcha processual e prática formulária. Da ação de usucapião: fundamento legal; modo e forma de agir.

35.º

Da ação de reforço de garantia: fundamento legal, processo; prática formulária. Da ação de remissão do imóvel hipotecado: Casos em que têm lugar; processo e prática formulária.

36.º

Da ação de execução de penhor: Quando tem lugar; processo e prática formulária. Da remissão do penhor: processo e prática formulária.

37.º

Da ação do depósito: Cautelas, processo, prática formulária. Da prestação de contas; processo e prática formulária.

38.º

Da ação de acidente do trabalho: noções gerais; procedimento preliminar; iniciativa; rito processual e prática formulária.

39.º

Da ação de exoneração de fiança: quando tem lugar; processo e prática formulária. Da recupera-

ção de títulos ao portador: quando tem lugar; cautelas a observar; rito processual e prática formulária.

DOS INCIDENTES DO PROCESSO

40.º

Da reconvenção: noções gerais e processo.

41.º

Da autoria: noções gerais e processo.

42.º

Da oposição e da assistência: noções gerais quando tem lugar; processo e prática formulária.

Da habilitação: noções gerais e processo.

43.º

Da falsidade e do erro de conta: noções gerais, rito processual e prática formulária.

DOS PROCESSOS PREVENTIVOS, PREPARATORIOS E INCIDENTES

44.º

Do embargo ou arresto: pressupostos jurídicos, casos em que tem lugar; cautelas, processo e prática formulária.

45.º

Do sequestro: em que casos tem lugar; cautelas; rito processual e prática formulária.

46.º

Da exibição: noções gerais; processo e prática formulária. **Das vendas judiciais:** casos em que ocorrem; iniciativa; meios de realização, modo e forma de agir.

47.º

Da consignação em pagamento: noções gerais; fundamento legal: casos de aplicação; defesa processo e prática formulária.

48.º

Das cauções em juízo: noções gerais; processo e prática formulária.

49.º

Do depósito de pessoas: casos em que tem lugar, iniciativa; cautelas, processo e prática formulária.

50.º

Da separação de corpos: noções gerais; fundamento legal; processo e prática formulária.

51.º

Da posse em nome do nascituro: noções gerais; cautelas; processo e prática formulária. **Da busca e apreensão:** casos em que tem lugar; cautelas, processo.

52.º

Do protesto e da interpelação judicial: noções gerais; processo. **Da justificação:** noções gerais e processo.

53.º

Dos embargos de terceiros: noções gerais; em que casos têm lugar; cautela, rito processual e prática formulária.

4.^a CADEIRA

Medicina Legal

Dr. EDGAR ALTINO CORREIA DE ARAUJO

Professor Catedrático

a) Medicina Legal, Ensino e Perícia

1. — Objeto da Medicina Legal. Feição de estudo em faculdade Jurídicas. Didática. Prática médico-forense. Novos rumos da cadeira. Medicina Legal Judiciária.

2. — Institutos médico-legais. Especialização parcial; perícia e peritos. Documentos médico-legais.

b) Semiologia Mental

3 — Percepção, inteligência, emoção, vontade. Vida social. Conduta e liberdade Sociologia do homem normal.

4 — Limites modificadores legais da responsabilidade e da capacidade. Idade, sexo, prodigalidade, alienação, loucura, intervalos lúcidos; conceito médico-legal.

c) Psicopatologia Forense.

5 — Estudo médico-legal das doenças mentais; causas gerais diagnóstico, simulação. Classificação das doenças mentais.

6 — Constituições psicopáticas. Reações anti-sociais dos alienados.

7 — Das toxifilias (etilismo, morfismo, cocaínismo, etc) Estudo médico-legal.

8 — Das perversões sexuais. Conceitos froidsiano. Distúrbios hormoglandulares e neurovegetativos.

9 — Noções de higiene mental. Proteção á creanças anormal, aos toxifilios aos perversos, vândulos, aos analfabetos.

10 — Repressão á credence popular, ás práticas de espiritismo e similares, ao curadorismo, etc. Profilaxia das doenças venéreas.

11 — Vantagens da segregação mental precoce. Manicônios, preventórios, hospitais abertos.

d) Psicologia Criminal

12 — O crime e seu conceito histórico; forma fundamental e forma evolutiva. Conceito social coetaneo.

13 — O criminoso e sua ficha biográfica; antecedentes hereditários, influências congênitas, vida na infância, vida na sociedade.

14 — Exame somático e psíquico do delinquente. Biotipologia criminal. Clínicas criminais.

15 — Prevenção do crime. Extinção da máquina penal vigente. Substitutivos penais de FERRI.

16 — A pena e sua finalidade utilitária de terapêutica médico-psicológica, médico-pedagógica, médico cirúrgica e médico opoterápica ineretória.

17 — Penitenciárias, reformatórios, clínicas criminais, manicômios penais, anexos psiquiátricos.

e) Técnica Policial Judiciária.

18 — Da prova do crime. Provas técnicas; o levantamento de corpo, fotografia do local do crime, filmagem. Outras provas de laboratório. Prova testemunhal. Confissão. Técnica psicológica.

19 — Caracteres antropognósticos gerais, raça, sexo, idade.

20 — Tipo constitucional. Soma e psiquê. Tipos psicológicos.

21 — Estática antropognóstica; caracteres profissionais, fisiológicos. Tatuagens. Grupos sanguíneos, antropometria.

22 — Dinâmica antropognóstica; caractéres funcionais. Postura, marcha, dextreza, fôrça.

23 — Movimentos anormais. Palavra escrita e falada. Mimica, gestos.

24 — Sensório. Vida vegetativa.

25 — Identificação judiciária; reconhecimento no vivo, no cadaver e na fotografia e sinalética. Embalsamamento e recomposição de cadáveres.

26 — Identificação jurídica; dactiloscopia. Impressões digitais e sistemas dactiloscópicos.

27 — Gabinêtes de identificação dactiloscópica: provas no vivo e no cadaver. Processo de revelação de impressões digitais.

f) Traumatologia Forense.

28 — Semiologia geral das ofensas físicas. Estudo quantitativo das lesões corporais.

29 — Lesões por agentes físicos.

30. — Lesões por agentes mecânicos e químico-traumatisantes.

31 — Asfixias puras.

32 — Asfixias complexas.

33 — Asfixias mixtas.

34 — Inanição. Envenenamento.

35 — Infecção; delito de contágio.

36 — Classificação das lesões corporais. Estudo qualitativo. Lesões leve, semiótica da dor.

37 — Lesões grave. Inabilitação de serviço ativo. Enfermidade incurável.

38 — Mutilação, deformidade, amputação, privação permanente de uso de membro ou órgão.

39 — Lesão mortal, conceito legal. Natureza e séde das lesões mortais.

40 — Estudo médico-legal das concausas.

41 — Homicídio, suicídio, acidente. Semiótica. Conceito médico-legal.

42 — Do infanticídio. Conceito legal; critica. Elementos constitutivos do crime, infanticídio por comissão e por omissão. Diagnóstico da idade do recém-nascido.

43 — Provas de vida extra-uterina; docimásias. Diagnóstico da causa da morte.

g) Sexologia Forense.

44 — Do casamento. Motivo dos impedimentos estatuidos no Códigos Civil, relativos á consanguinidade. Leis MENDEL.

- 45 — Relativos á idade e á capacidade civil.
- 46 — Idem aos direitos de sucessão de produto possível de casamento anterior.
- 47 — Sentido legal do êrro essencial sobre pessoas. Defloramento anterior. Dubiedade de sexo e outras malformações genitais.
- 48 — Defeito físico irremediavel ou moléstia grave transmissível por contágio ou herança.
- 49 — Sevícia ou injúria grave. Contaminação venérea. Casamentos nulos e anuláveis.
- 50 — Exame médico prenupcial. Mendelismo.
- 51 — Do defloramento: conceito legal. Órgãos sexuais externos da mulher, himen, sua fôrma e consistência.
- 52 — Traumatologia sexual; circunstâncias concurrentes para o diagnóstico de defloramento.
- 53 — Do estupro; conceito legal. Casos em que constitue atentado á saúde e á vida.
- 54 — Do atentado contra o pudor, conceito legal. Práticas libidinosas; perversões sexuais. Lesões possíveis resultantes de atentado.
- 55 — Do ultrage público ao pudor. Psicologia do ultrajante.

56 — Da gravidez; noções de embriologia e de concepção. Diagnóstico da gestação; práticas de laboratórios. Variedades, marcha e duração da prenhez. Simulação e dissimulação.

57 — Do parto. Sinais recentes e sinais remotos. Do parto suposto.

58 — Do abortamento criminoso; conceito e elementos constitutivos do crime. Prática do abortamento; medicamentos abortivos e processos abortivos mecânicos.

59 — Lesões possíveis consecutivas á prática clandestina do abortamento; exame da mulher, do aborto e dos anexos. Perícia.

60 — Do abortamento legal, indicação terapêuticas e eugenéticas.

61 — Do perigo social do abortamento clandestino. Direito do naciurno. Inutilidade das leis penais repressivas. Prevenção pela propaganda e pela assistência social á mulher grávida.

b) Infortunística.

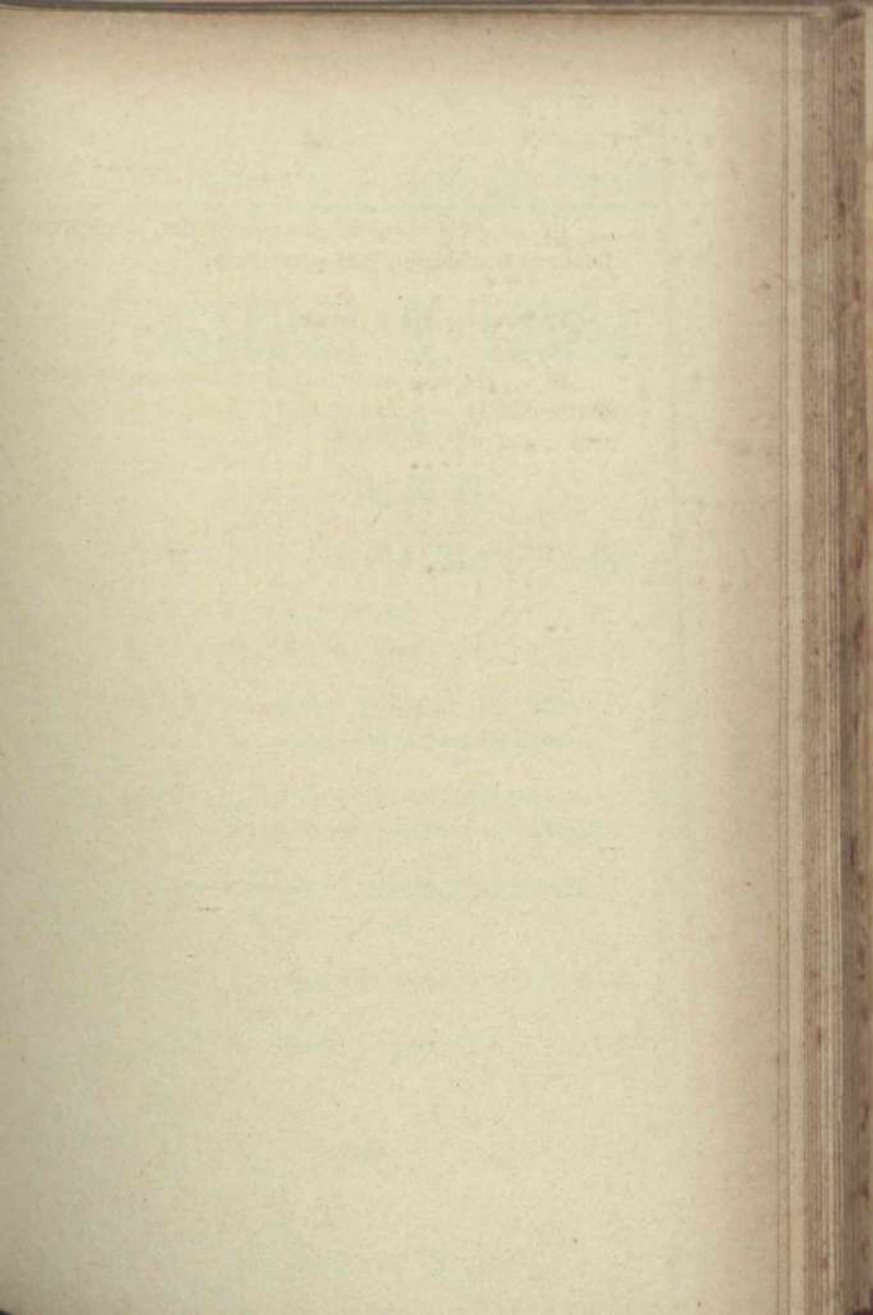
62 — Acidentes do trabalho. Lei nacional. Teoria do risco profissional e acidente de trabalho.

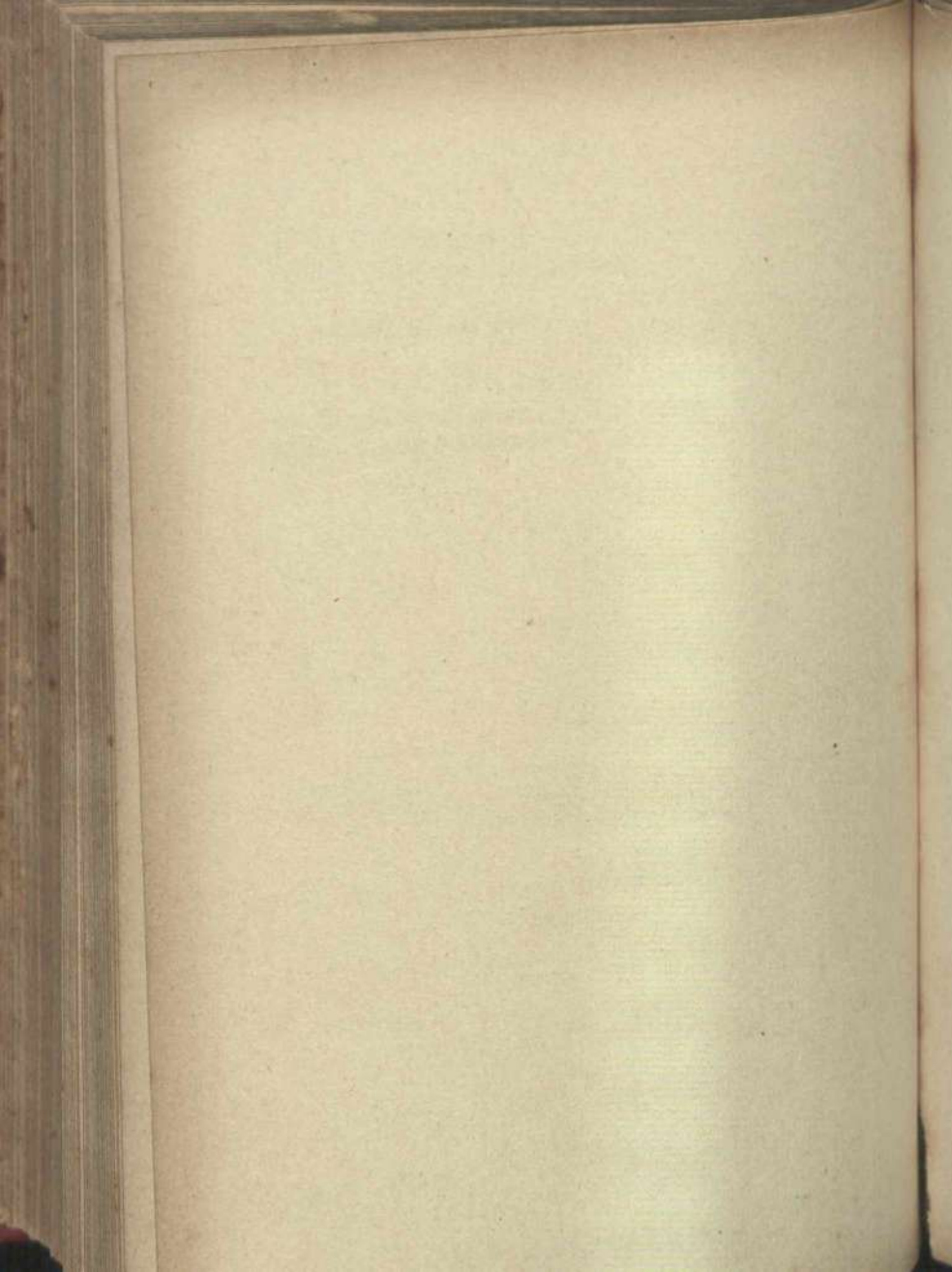
63 — Perícia. Cura da lesão. Consolidação médica e consolidação jurídica. Simulação.

64 — Avaliação de incapacidades. Concausalidades. Legislação, jurisprudência.

i) Tanatologia Forense.

65 — Da morte, sinais duvidosos, sinais certos. Morte súbita e morte agônica. Fenômenos cadavéricos. Cronotanatognóse.





Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMAS DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

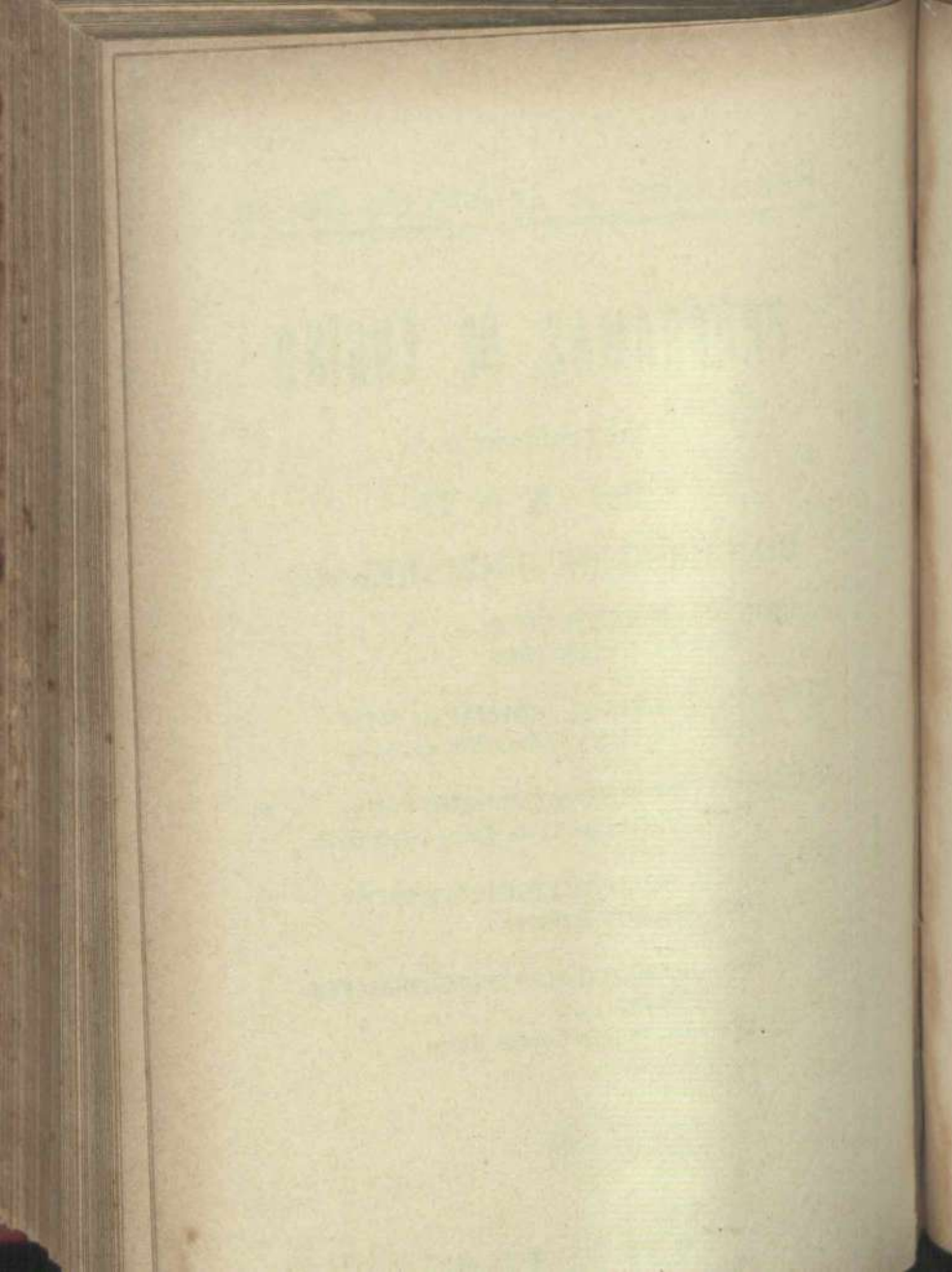
5.º ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

- | | |
|--|----|
| 1.ª Cadeira — DIREITO CIVIL | 3 |
| Prof. Dr. Gondim Neto | |
| 2.ª Cadeira — DIREITO JUDICIÁRIO CIVIL . . | 9 |
| Prof. Dr. Mario Guimarães de Souza | |
| 3.ª Cadeira — DIREITO JUDICIÁRIO PENAL . . | 19 |
| Prof. Dr. Genaro L. de Barros Guimarães | |
| 4.ª Cadeira — DIREITO ADMINISTRATIVO . . | 25 |
| Prof. Dr. Luís Delgado | |
| 5.ª Cadeira — DIREITO INTERNACIONAL PRI-
VADO | 31 |
| Prof. Dr. Sergio Lorêto Filho | |



ANO 1941



1.^a CADEIRA
DIREITO CIVIL

(FAMILIA E SUCESSÕES)

DR. GONDIM NETO

Professor Catedrático

I

1. — Do direito de familia. 2 — Dos esponsais,
3 — Do casamento, especialmente no Brasil. 4 —
Das formalidades preliminares do casamento. 5 —
Dos impedimentos, suas espécies e seus efeitos. 6 —
Da celebração do casamento; da autoridade competente e do lugar proprio 7 — Do casamento **IN EXTREMIS**.

II

8 — Dos meios de prova do casamento. 9 — Do
casamento nulo e anulavel. 10 — Das pessoas que

podem propor as ações de nulidade ou de anulação de casamento, e do tempo em que elas devem ser iniciadas. 11 — Do casamento putativo, suas espécies e efeitos.

III

12 — Dos efeitos jurídicos do casamento. 12 — Da incapacidade da mulher casada. 14 — Dos direitos e deveres do marido e da mulher.

IV

15 — Dos regimens de bens no casamento. 16 — Do regimen da comunhão universal e da comunhão parcial de bens. 17 — Do regimen da separação e do regimen dotal. 18 — Direitos e deveres do marido e da mulher quanto ao dote. 19 — Da restituição do dote. 20 — Da administração do dote pela mulher. 21 — Dos bens parafernais.

V

22 — Da dissolução da sociedade conjugal. 23 — Do desquite e do divórcio. 24 — Do divórcio no direito estrangeiro. 25 — Do desquite em nosso Código Civil. 26 — Dos efeitos do desquite quanto aos filhos e bens do casal.

VI

27 — Do parentesco e suas espécies. 28 — Linhas e graus de parentesco. 29 — Da legitimidade ou ilegitimidade dos filhos. 30 — Da legitimação e

do reconhecimento dos filhos naturais. 21 — Da adoção, seus requisitos e efeitos.

VII

32 — Do patrio poder. 33 — Direitos e deveres dos pais quanto á pessoa e bens dos filhos. 34 — Da suspensão e perda do patrio poder. 35 — Dos alimentos e suas espécies; quando e por quem são devidos. 36 — Como devem ser arbitrados os alimentos.

VIII

37 — Da tutela, seu conceito e sua evolução. 38 — Da tutela no nosso Código e suas espécies. 39 — Direitos e deveres dos tutores. 40 — Dos que devem ou podem ser tutores, e das causas de excusa. 41 — Das garantias e da extinção da tutela.

IX

42 — Da curatela e suas espécies. 43 — Direitos e deveres dos curadores. 44 — Dos que devem ou podem ser curadores, e das causas de excusa. 45 — Das garantias e da extinção da curatela.

X

46 — Da sucessão, suas espécies e seu fundamento. 47 — Transmissão da herança. 48 — Tempo e lugar da abertura da sucessão. 49 — Do inventariante.

XI

50 — Aceitação e recusa da herança. 51 — Responsabilidade dos herdeiros. 52 — Da herança jacente e vacante.

XII

53. — Da sucessão legítima. 54 — Da ordem de vocação hereditária. 55 — Sucessão por cabeça e por estirpe. 56 — Sucessão na linha reta e do conjuge. 57 — Sucessão na linha colateral. 58 — Do direito de representação.

XIII

59 — Da sucessão testamentaria e da liberdade de testar. 60 — Do testamento e suas espécies. 61 — Da capacidade testamentaria. 62 — Requisitos dos testamentos público, cerrado e privado.

XIV

63 — Dos testamentos especiais. 64 — O testamento marítimo e o militar. 65 — Dos codicilos. 66 — Ineficácia e revogação dos atos de última vontade. 67 — Do testamentário.

XV

68 — Noção, espécies, efeitos e caducidade dos legados.

XVI

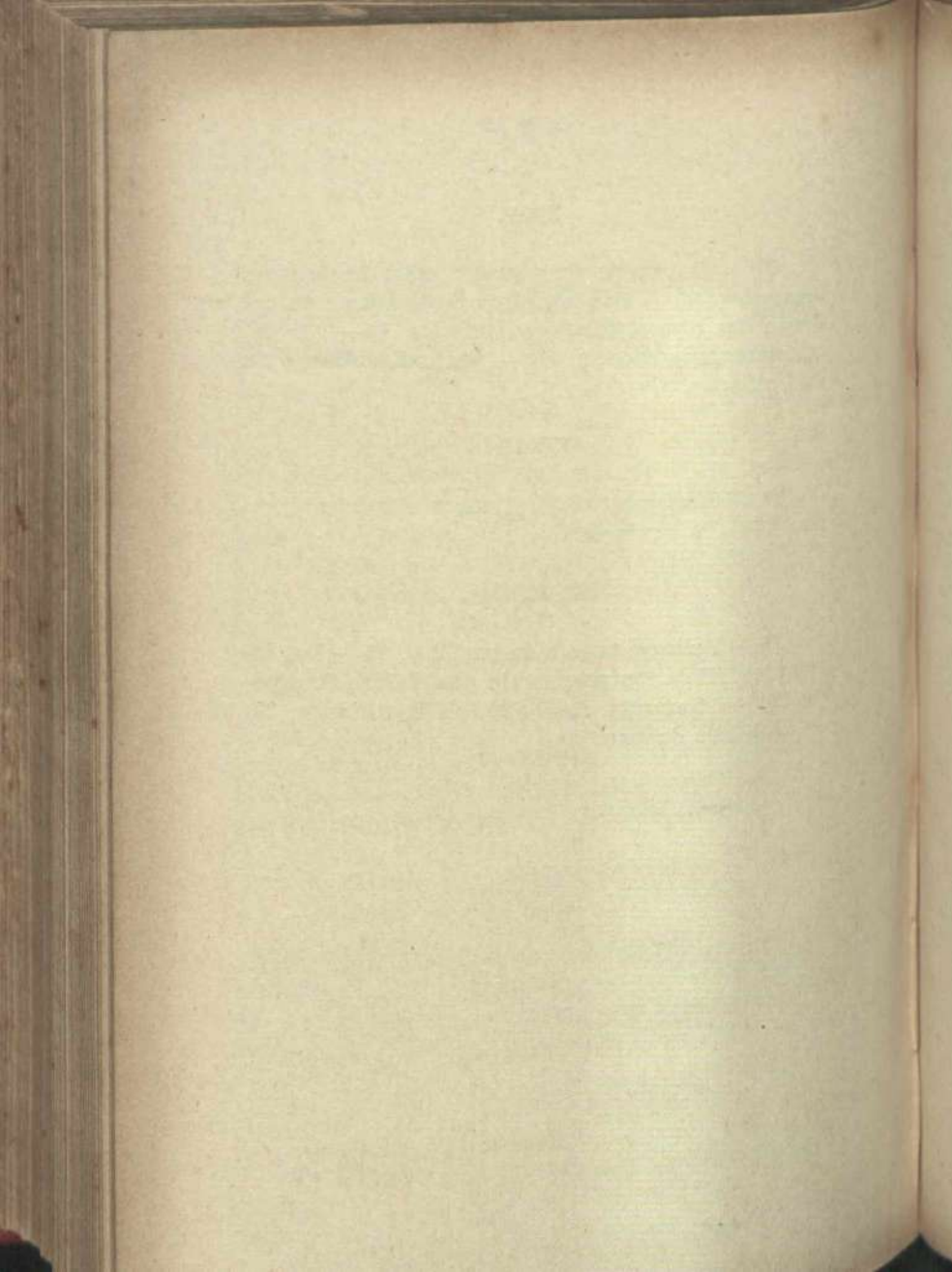
69 — Do direito de acrescer entre herdeiros e legatarios. 70 — Dos herdeiros necessarios e da redução das disposições testamentarias. 71 — Da capacidade para succeder. 72 — Da indignidade e da desherdação.

XVII

73 — Das substituições vulgar e fideicomissaria. 74 — Das colações.

XVIII

75 — Do inventario e da partilha. 76 — Dos sonegados. 77 — Do pagamento das dividas do espólio. 78 — Garantia dos quinhões hereditários. 79. — Nulidade da partilha.



2.^a CADEIRA

Direito Judiciário Civil

2.^a PARTE

DR MARIO GUIMARÃES DE SOUZA

Professor Catedrático

I — DOS RECURSOS

Ponto 1.^o: **Dos Recursos**, em geral. Noções. Fundamento filosófico e jurídico. Espécies.

Ponto 2.^o: **Da Apelação**: noções gerais; espécies e efeitos. Cautelas relativas á interposição e seguimento das apelações. Rito processual e prática formulária nas duas instancias.

Ponto 3.^o: **Dos Embargos**: noções gerais; casos, natureza e espécies. Rito processual e prática formulária.

Ponto 4.º : **Do Agravo** : noções gerais; espécies; e feitos.

Ponto 5.º : **Do Agravo de Petição**: quando tem lugar; efeitos. Rito processual e prática formulária nas duas instancias.

Ponto 6.º : **Do Agravo de Instrumento**: quando tem lugar; efeitos. Rito processual e prática formulária.

Ponto 7.º : **Do Agravo no Auto do Processo** : quando tem lugar; efeitos. Rito processual e prática formulária. **Da Carta Testemunhavel**: conceito e finalidade. Sua supressão pelo novo Código de Processo.

Ponto 8.º : **Da Revista**: conceito; quando tem lugar; efeitos. Rito processual e prática formulária. **Do Prejulgado**: conceito e finalidade. Seu processo.

Ponto 9.º : **Do Recurso Extraordinário**: conceito e finalidade; quando tem lugar. Efeitos. Rito processual e prática formulária.

II — DOS PROCESSOS DA COMPETENCIA ORIGINAL DOS TRIBUNAIS

Ponto 10.º : Dos processos da competência originária dos Tribunais de Apelação; dos de competência originária do Supremo Tribunal Federal.

Ponto 11.º: **Da Homologação de Sentenças Extran-
geiras:** sistemas; o adotado no Brasil
Seu processo.

Ponto 12.º: **Dos Conflitos de Jurisdição:** conceito fi-
nalidade e casos. Efeitos. Seu pro-
cesso.

Ponto 13.º: **Da Ação Rescisória :** fundamento, na-
tureza e finalidade. Sua classificação.
Rito processual e prática formulária.

III — DAS EXECUÇÕES DE SENTENÇAS

Ponto 14.º: **Teoria Geral da Execução:** juízo e par-
tes competentes. Do ingresso na exe-
cução. Do objéto da execução.

Ponto 15.º: **Da Execução Provisório:** casos em que
ocorre; actos que comprehende. Rito
processual e prática formulária.

Ponto 16.º: **Da Execução por cousa certa ou em es-
pécie:** Casos e meios empregados. Rito
processual e prática formulária.

Ponto 17.º: **Da Execução das Obrigações de fazer
ou não fazer:** casos e formas. Rito
processual e prática formulária.

Ponto 18.º: **Da Execução por quantia certa:** casos
e forma. Nomeação de bens á penho-
ra; gradação a ser observada.

Ponto 19.º : **Da Penhora:** conceito; natureza; efeitos. Segunda penhora.

Ponto 20.º : **Da Penhora em credits, direitos e ações.** Penhora no resto dos autos. Ação subrogatoria.

Ponto 21.º : **Disposições communs aos bens penhorados :** deposito e administração deles. Dos seus frutos e rendimentos.

Ponto 22.º : **Da Avaliação. Dos Editais de praça;** affixação e publicação.

Ponto 23.º : **Da Arrematação:** teorias sobre a natureza da alienação dela decorrente. Da praça. Do auto e da carta de arrematação. Efeitos da arrematação.

Ponto 24 : **Da Adjudicação:** casos em que pode ter logar; efeitos. Prática formulária.

Ponto 25.º : **Da Remissão :** espécies; efeitos; casos enquanto em que pode ter logar. Prática formulária.

Ponto 26.º : **Da Execução por quantia incerta.** Liquidação da sentença: conceito e processo. Prática formulária.

Ponto 27: **Da Defeza do Executado :** casos, oportunidade e efeitos. Embargos á penhora e á arrematação; nas ações reais; nos casos de obrigações de fazer

ou não fazer. Rito processual e prática formulária.

Ponto 28.º : **Da Alienação em Fraude de Execução:** conceito; quando ocorre; natureza e indole processual. Efeitos.

Ponto 29.º: **Do Concurso de Credores:** conceito e fundamento; condições e efeitos. Protesto de preferência e rateio. Rito processual e prática formulária.

Ponto 30.º: **Dos Embargos de Terceiro:** natureza, requisitos e efeitos. Causas em que tem cabimento. Rito processual e prática formulária.

V — DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Ponto 31.º: **Do processo do Registro Torrens:** inscrição oposição. Rito processual e prática formulária.

Ponto 32.º: **Do Inventário:** noções gerais. Tempo, lugar e pessoas a quem cabe a sua iniciativa. Prazos para seu inicio e término. Prática formulária.

Ponto 33.º: **Do Inventariante:** Das declarações de herdeiros e bens. Da citação dos herdeiros e contestação de sua qualidade. Questões de alta indagação. Prática formulária.

Ponto 34.º **Da avaliação. Da colação.** Processo e prática formulária.

Ponto 35.º **Do pagamento das dividas. Da liquidação.** Processo e prática formulária.

Ponto 36.º **Da Partilha:** espécies: a) — judicial: deliberação e esboço; regras a observar. b) — da partilha amigável: quando pode ocorrer; c) — da partilha feita em vida. Efeitos da partilha. Formal de partilha.

Ponto 37.º **Do Arrolamento:** quando . tem lugar. Processo e prática formulária.

Ponto 38.º **Da apresentação, abertura e execução dos testamentos:** processo relativo ás diversas espécies de testamento.

Ponto 39.º **Da extinção do usufruto e do fideicomisso :** noções gerais; modo e forma de proceder. **Do cumprimento das disposições testamentarias:** noções gerais e processo.

Ponto 40.º **Da arrecadação dos bens de defuntos:** noções gerais; cautelas quanto ao lugar e á iniciativa da arrecadação: guarda e administração dos bens, habilitação de herdeiros. Ação dos herdeiros para reconhecimento de seus direitos hereditários. O decreto-lei n. 1007, de 26 de Dezembro de 1939.

Ponto 41.º: **Dos bens de ausentes:** noções gerais. Arrecadação; modo e forma de proceder. **Dos bens achados:** noções gerais modo e forma de proceder.

Ponto 42.º: **Da Sucessão provisória:** noções gerais e fundamento legal; cautelas; processo e prática formulária. **Da sucessão definitiva:** noções gerais e fundamento legal; modo e forma de proceder.

Ponto 43.º: **Das averbações e retificações do Registro Civil::** casos em que podem ocorrer. Processo e prática formulária.

Ponto 44.º: **Da nomeação de tutor e curador:** noções gerais. **Da prestação de contas.** Da nomeação dos tutores e curadores. Processo e prática formulária.

Ponto 45.º: **Da curatela dos loucos, surdos mudos e pródigos:** noções gerais. Iniciativa e processo. **Da especialização da hipoteca legal:** noções gerais e fundamento legal. Processo e prática formulária.

Ponto 46.º: **Da emancipação:** noções gerais e fundamento legal. Casos em que pode ocorrer. Iniciativa e processo. Prática formulária.

Ponto 47.º: **Do processo de incorporação de bens ao Património Nacional:** Noções gerais e fundamento legal. Prática.

Ponto 48.º : **Do casamento:** habilitação prévia; opposição de impedimentos; dispensa de proclamas; celebração. **Do desquite por mutuo consentimento:** fundamento legal; cautelas a observar retratação e reconciliação dos conjugues. Rito processual e prática formulária.

Ponto 49.º : **Do bem de familia:** noções gerais e fundamento legal; modo e forma de proceder. **Da separação de dote e da venda de bens dotais:** noções gerais e fundamento legal; processo. **Da subrogação de bens inalienáveis :** noções gerais; fundamento legal; processo.

Ponto 50.º : **Da venda, arrendamento ou hipoteca de bens dos incapazes:** noções gerais e processo. **Do suprimento de consentimento:** noções gerais e processo. **Do resgate e abandono do aforamento e da alienação do dominio util ou directo:** noções gerais e processo.

Ponto 51.º : **Da liquidação das sociedades :** noções gerais; designação do liquidante; atos que lhe incumbem; sua destituição. Partilha. Processo e prática formulária.

Ponto 52.º **Da organização, funcionamento e dissolução das fundações:** noções gerais e processo.

Ponto 53.º **Da desapropriação:** noções gerais; fundamento legal; decreto de desapropria-

ção; modo e forma de agir para a indenização do valor dos bens desapropriados.

VI — DAS FALENCIAS

Ponto 54.º: **Da Falencia:** conceito e fundamento. Natureza do respectivo processo. Unidade e universalidade da falencia. Processo para sua decretação. Seus efeitos.

Ponto 55.º: **Do síndico :** nomeação, atribuições, caráter de suas funções; destituição. Arrecadação dos bens. Verificação e classificação dos créditos. Impugnação. Credores retardatarios. Quadro geral dos credores.

Ponto 56.º: **Assembléa de credores:** constituição e poderes. Relatório do síndico. Eleição do liquidatário. Realização do ativo e liquidação do passivo.

Ponto 57.º: **Da concordata terminativa:** quem a pode oferecer; oportunidades; garantias; aceitação e recusa; efeitos. Seu cumprimento e reabilitação do falido.

Ponto 58.º: **Da concordata preventiva:** fundamento legal, natureza; Requisitos, garantias, aceitação e homologação; recusa. Efeitos. Processo e prática formulária.

Ponto 59.º: **Dos embargos á concordata:** oportunidade, matéria que neles pode ser arguida;

processo e julgamento. Rescisão da concordata: efeitos. Processo e prática formulária.

Ponto 60.^o: Dos processo incidentes na falencia: Reclamação reivindicatoria; ação revocatória; ação de revisão de créditos; embargos de terceiro. Processo e prática formulária.

3.^a CADEIRA

Direito Judiciário Penal

DR. GENARO LINS DE BARROS
GUIMARÃES

Professor catedrático

— I —

1. — Processo Criminal. 2. — Suas relações com outras ciências. 3. — Divisão do processo criminal em relação á gravidade dos delitos. 4 — Divisão do processo criminal em relação á qualidade dos delitos e dos delinquentes.

— II —

5. — Principais formas históricas do processo criminal. 6. — Sistema acusatório. 7. — Sistema inquisitório. 8 — Sistema mixto.

— 20 —

— III —

9. — Da ação penal. 10. — Da ação pública
11. — Da ação privada. 12. — Da ação civil para re-
paração do dano causado pelo delito. 13. — Modos
de iniciar o processo criminal. 14. — Da queixa. 15.
— Da denúncia. 16. — Do procedimento *ex-officio*.
17. — Quando tem lugar e seus inconvenientes.

— IV —

18. — Da instrução preparatória, sua utilidade
e importância. 19. — Diligencias policiais, autori-
dades a que incumbe a sua marcha.

— V —

20. — Identificação. 21. — Antropometria. 22.
— Datiloscopia.

— VI —

23. — Da prisão. 24. — Custódia, detenção, pri-
são, 25. — Da prisão preventiva, seus fins, funda-
mentos e condições. 26. — Da prisão em flagrante
delito, suas condições e fins. 27. — Auto de prisão
em flagrante delito; cautelas e fórmulas.

— VII —

28. — Da fiança. 29. — Seu histórico na anti-
guidade e na legislação portuguesa. 30. — Da fiança
segundo a legislação pátria. 31. — Da fiança pro-
visória. 32. — Da fiança definitiva. 33. — Quebra-

mento e extinção da fiança. 34. — Podem as legislações estaduais ampliar ou restringir os casos de fiança, estabelecer normas para sua prestação? 35. — Termos de fiança; cautelas e formulas.

— VIII —

36. — Da prova. 37. — Seu papel em materia criminal. 38. — Diversas classificações de prova; Baldus, Mascardus, Bentham, Bordeaux, Bonnier, Garraud, etc.

— IX —

39. — Da prova testemunhal. 40. — Sua antiguidade e seu valor. 41. — Classificação de testemunhas. 42. — Garantias e condições essenciais; juramento. 43. — Como devem ser inqueridas. 44. — Legislação pátria sobre a prova testemunhal. 45. — Segredo profissional. 46. — Acareação.

— X —

47. — Do corpo de delito; sua antiguidade. 48. — Do corpo de delito direto. 49. — Do corpo de delito indireto. 50. — Como devem agir as autoridades incumbidas de proceder ao corpo de delito. 51. — Dos peritos. 52. — Dos quesitos. 53. — Auto de corpo de delito.

— XI —

54. — Do interrogatório; seu histórico. 55. — Teoria a respeito do interrogatório; sistema pre-

ferível. 56. — Legislação pátria sobre o interrogatório. 57. — Da confissão; sua importância. 58. — Condições essenciais á confissão como meio de prova. 59. — A confissão tácita é admissível em matéria criminal?

— XII —

60. — Das investigações psiquiátricas.

— XIII —

61. — Da instituição do juri; seu histórico. 62. — Importância social do juri. 63. — Causas de sua decadência entre nós; seus remédios. 64. — Sobre os pontos da instituição do juri podem os Estados legislar? 65. — Juri federal e estadual. 66. — Formação do tribunal do Juri; solenidades essenciais. 67. — Comparecimento das partes e testemunhas. 68. — Dos jurados; seus direitos, deveres e responsabilidades. 69. — Dos debates perante o tribunal do juri; acusação defesa; réplica e tréplica. 70. — Dos incidentes. 71. — Dos quesitos e da sentença.

— XIV —

72. — Dos recursos criminaes e suas necessidades. 73. — Recursos necessários e voluntários. 74. — Dos recursos admitidos na primeira fase do processo criminal. 75. — Da apelação no antigo direito português e na legislação pátria. 76. — Casos em que tem lugar, para quem é interposta e seu processo. 77. — Dos embargos ao acórdão. 78. — Do protesto por novo julgamento. 79. — Vantagens ou

inconveniências deste recurso; legislação pátria a respeito. 80. — Podem os Estados determinar os casos em que tem lugar esse recurso ? 81. — Da revisão. 82. — Erro absoluto e erro relativo; revisão pro réo e pro sociedade.

— XV —

82. — Do *habeas-corpus*, sua história, seus fins, suas vantagens e abusos. 84. — Interposição do *habeas-corpus*, seu processo e julgamento.

— XVI —

85. — Da extinção da ação penal e da condenação. 86. — Da prescrição.

— XVII —

87. — Do *sursis*. Do livramento condicional.

— XVIII —

88. — Das execuções criminais. 89. — Como se conta o tempo da pena.

— XIX —

90. — Formação da culpa dos crimes comuns.

— XX —

91. — Formação da culpa nos crimes de responsabilidade dos funcionários público não privilegiados.

— XXI —

92. — Formação da culpa nos crimes comuns e de responsabilidade dos funcionários públicos privilegiados.

— XXII —

93. — Crimes policiais, contravenções e seus processos.

94. — Termos de bem viver.

— XXIII —

95. — Da advocacia criminal 96. — Exercícios práticos, escritos e orais. 97. — Da compostura moral e física do pessoal do foro.

4.^a CADEIRA

Direito Administrativo

1.^a PARTE

DR. LUIS DELGADO

Professor Catedrático

I

1. — Noção de Direito Administrativo.
2. — O Direito Administrativo entre as ciências jurídicas.
3. — Relações do Direito Administrativo como Ciência da Administração.
4. — História do Direito Administrativo.
5. — O Direito Administrativo Brasileiro.

6. — Fontes do Direito Administrativo. Problema da codificação.

II

7. — Administração e Política
8. — Os fins do Estado e a prática administrativa-

III

9. — Os órgãos administrativos. Princípios de sua constituição.
10. — Hierarquia e competência dos órgãos administrativos.
11. — Centralização e descentralização.
12. — Os órgãos administrativos e a especialização de funções. Poder Executivo e ministério.
13. — Os órgãos administrativos e a distribuição territorial. A União, os Estados e os municípios.
14. — Órgãos administrativos autárquicos
15. — Colaboração dos particulares. Associações de utilidade públicas.

IV

16. — O objeto das atividades administrativas

17. — Natureza do serviço: ação direta e poder de polícia.
18. — Funções ativas e funções consultivas.
19. — Conceito e classificação dos atos administrativos.
20. — Atos administrativos em espécie. Poder regulamentar.
21. — Concessão de serviço público.

V

22. — Responsabilidade da administração pública
23. — Atividade administrativa e atividade judiciária.
24. — Administração e o direito judiciário.

VI

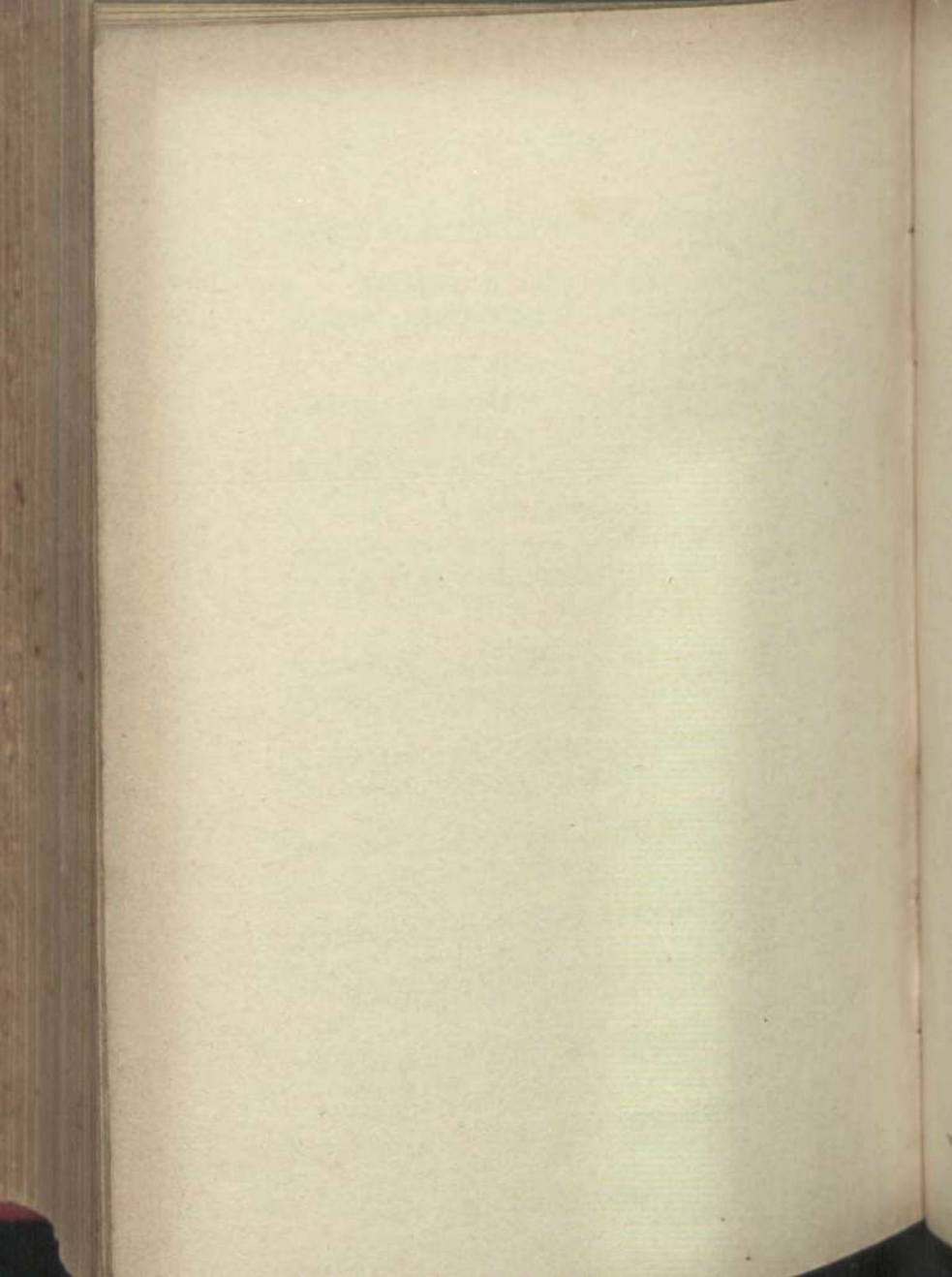
25. — Exercício da atividade administrativa.
26. — Os bens. Fornecimentos. Concorrências. Requisição e desapropriação.
27. — O funcionamento. Natureza de função pública.
28. — Direitos e deveres do funcionário.
29. — Responsabilidade do funcionamento.

2.ª PARTE

30. — Atividades administrativas. Racionalização e padronização.
31. — Atividade administrativa. Divisão.
32. — Administração e finanças. Administração fazendária e financeira.
33. — Fiscalização orçamentária. Tribunais de contas.
34. — Relações exteriores.
35. — Despeza nacional.
36. — Obras públicas e comunicações.
37. — Administração da Justiça.
38. — Ordem pública interna. Polícia.
39. — Regulamentação administrativa das manifestações do pensamento.
40. — Regulamentação administrativa dos direitos de associação e reunião.
41. — Administração e os problemas demográficos. Emigração e imigração. Nacionais e estrangeiras.
42. — A administração e o conhecimento da realidade social. As estatísticas.

43. — A administração e os problemas sanitários e higiênicos.
44. — A administração e os problemas de assistência social.
45. — A administração e os problemas de cultura.
46. — A administração e os problemas econômicos. Regulamentação dos direitos de propriedade.
47. — A administração e os problemas econômicos. A produção de riquezas. Agricultura e mineração.
48. — A administração e os problemas econômicos. A produção de riquezas. As indústrias básicas.
49. — Regulamentação das atividades econômicas para fins de justiça social e de assistência.
50. — A administração e os problemas econômicos. A circulação de riquezas. Transportes.
51. — A administração e os problemas econômicos. A circulação de riquezas. Comércio interno e externo.
52. — Regulamentações administrativas municipais.

Recife, Janeiro 941.



5.^a CADEIRA

Direito Internacional Privado

DR. SERGIO LORETO FILHO

Professor Catedrático

§ 1.º

INTRODUÇÃO

— I —

1. — A disciplina do Direito Internacional Privado.
2. — Seu estudo no Brasil.
3. — Bibliografia brasileira: Pimenta Bueno, Clóvis Beviláqua, Rodrigo Octávio, Gomes de Castro, Eduardo Espínola, Pontes de Miranda, Tito Fulgêncio.

4. — A Sociedade Internacional e sua regulamentação jurídica.
5. — O instinto humano de sociabilidade e as suas tendências humanitárias e nacionalista.
6. — Análise das ações e reações recíprocas dessas duas tendências. (O exclusivismo primitivo; os Romanos; a invasão dos Germanos e suas consequências; o Cristianismo como fator da aproximação dos povos; o territorialismo feudal; intervenção humana na elaboração do **Direito Internacional Privado** objectivo: — a "Teoria dos Estatutos", a Revolução Francesa.)

7. — A codificação dos princípios do Direito Internacional Privado e a unificação de certos preceitos do Direito Privado. Distinção que se impõe.

8. — I — A tarefa uniformizadora do **Direito Privado**:

A) — A ação do Governo Belga:

a) — Congresso de Direito Comercial de Antuérpia, de 1885;

b) — Congresso de Direito Comercial de Bruxelas, de 1888;

c) — O “Comité Marítimo Internacional”,

d) — Convenções de Bruxelas, de 1910, sobre o abalroamento e a assistência e salvação marítimas;

e) — Conferências Internacionais de Direito Marítimo, de Bruxelas, de 1924 e 1926, nas quais foram firmadas, respectivamente, as convenções de 25 de agosto de 1924, sobre a responsabilidade dos proprietários de navios, e de 10 de abril de 1926, sobre privilégios e hipotecas marítimas, ambas ratificadas pelo Brasil. (Vejam-se ás pags. 24.570 e 23.546 do Diário Oficial.)

B) — O Congresso Internacional de Direito Marítimo de 1892, em Gênova:

9 — II — A tarefa codificadora do Direito Internacional Privado. — Possibilidade da codificação; obstáculos. — Suas modalidades: individual e coletiva, de iniciativa particular e de iniciativa oficial.

Labor individual: Ferrater, Barcelona, 1846; Augusto Paroldo, Turim, 1851; Alfonso Domin Petruschavetz, Leipzig, 1861; Bluntschli, Heidelberg, 1868; David Dudleyfield, New York, 1873; Olivares Biec, Madrid, 1879, Gonzalo Ramirez, Buenos Aires, 1888; Pascoale Flori, Itália, 1890; Internoscia, New York, 1910; Lafayette Rodrigues Pereira, Rio 1911; A. S. de Bustamante, Havana, 1925.

— Resumo cronológico do TRABALHO CIENTIFICO COLETIVO PRIVADO, visando a codificação do Direito Internacional Privado:

a) — “A Associação Internacional para o Progresso das Ciências Sociais” (*International Association for the Promotion of Social Science*, Birmingham, 1857);

b) — Associação Internacional para a Reforma e Codificação do Direito das Gentes (*International Association for the Reform and Codification of the Laws of Nations*), fundada em 1873; primeira reunião em Bruxelas, 1873; denominada a partir de 1894 — *International Law Association*);

c) — O “Instituto de Direito Internacional”, fundado em 1873, realizou a sua primeira reunião em Gand, nesse mesmo ano;

d) — O Instituto Americano de Direito Internacional, instalado em Washington em janeiro de 1916.

— IV —

10. — A Codificação oficial do Direito Internacional Privado:

a) — As iniciativas italianas; a ação de Mancini.

11. — b) — As iniciativas holandesas: as Conferências de Haia de 1893, 1894, 1900, 1904, 1925 e 1928.

Resultado das Conferências de Haia:

I — Convenção relativa ao Processo Civil, assinada aos 17 de julho de 1905; substituiu a de 25 de maio de 1899.

II — Convenção para regular os conflitos de leis em matéria de casamento, assinada em Haia, aos 12 de junho de 1902.

III — Convenção para regular os conflitos de leis e de jurisdições em matéria de divórcio e de separação de corpos, assinada aos 12 de junho de 1902.

IV — Convenção para regular a tutela dos menores, assinada em Haia aos 19 de junho de 1902.

12. — c) — A contribuição americana.

I — Congresso de Lima 1877-1878).

II — Congresso de Montevideo (1888-1889).

III — As Conferências Panamericanas:

A) — Primeira Conferência Panamericana — Washington, (1889-1890). Criação da "União Internacional das Repúblicas Americanas".

B) — Segunda Conferência Panamericana — (México, 1901-1902). Ao delegado do Brasil,

dr. José Higino Duarte Pereira, coube a primazia do movimento codificador do direito internacional, no seio das Conferências Panamericanas.

C) — Terceira Conferência Panamericana — (Rio de Janeiro 1906). — Criação da **Comissão de Jurisconsultos**.

D) — Quarta Conferência Panamericana — (Buenos Aires, 1910). No intervalo da 4.^a para a 5.^a Conferência, em 1912, na cidade do Rio de Janeiro, a “Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos”, realizou a sua primeira reunião.

E) — Quinta Conferência Panamericana — (Santiago, 1923). A “Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos”, em 1927, no Rio de Janeiro, realizou a sua segunda e última reunião.

F) — Sexta Conferência Panamericana — (Havana, 16 de Janeiro a 20 de fevereiro de 1928). Aprovação do Código de Direito Internacional Privado (**Código Bustamante**).

G) — Sétima Conferência Panamericana — (Montevideo, 1933).

H) — Oitava Conferência Panamericana — (Lima 1938).

— Ligeiro exame da Convenção de Havana, de 17 de fevereiro de 1928, que pôs em vigor o **Código Bustamante**:

Direito de reserva quanto á aceitação de um ou vários artigos do Código. Entrada em vigor. Ratificação. E' uma Convenção aberta; forma da adesão por parte de outros Estados ou pessoas jurídicas internacionais. Reforma e denúncia.

O Congresso do Brasil aprovou a Convenção Panamericana de Direito Internacional Privado, de Havana de 17 de fevereiro de 1928, pelo decreto n. 5.647, de 7 de janeiro de 1929.

§ 2.º

DOCTRINA

— V —

13. — As várias denominações dadas ao Direito Internacional Privado.
14. — Definições do Direito Internacional Privado: fixação do seu verdadeiro conceito.
15. — Posição enciclopédica do Direito Internacional Privado. Opiniões de Pillet e Jitta.
— Relação com outros ramos jurídicos.

— VI —

16. — Determinação do fundamento do Direito Internacional Privado.
 - a) — Os post-glosadores e os estatutários.

- 17 — b) — Os holandêses e os anglo-americanos. A *Comitas gentium* ou cortezia das soberanias.
- 18 — c) — A idéa de justiça; a comunidade jurídica das nações (SAVIGNY); a comunidade jurídica universal do gênero humano (JITTA), *La Méthode du Droit International Privé*, pag. 58).

O verdadeiro fundamento: A solidariedade universal dos homens, entendido tal fato como uma das manifestações do instinto social do homem, fenômeno imanente á sua própria natureza.

— VII —

- 19 — Objeto do Direito Internacional Privado:
- a) — Segundo o critério clássico: o conflito de leis.
- 20 — b) — Descrição de Pillet, Clóvis e Machado Vilela.
21. — c) — A regulamentação da condição jurídica dos estrangeiros e o exercício em um país dos direitos adquiridos em outro.

— VIII —

22. — Fontes do Direito Internacional Privado:
- I—Os costumes nacionais e internacionais;

II—Os tratados

III—As leis internas.

23. — Caráter das normas do Direito Internacional Privado.
24. — Aplicação das normas do Direito Internacional Privado.

— IX —

25 — O estudo da NACIONALIDADE.

a) — Preliminares: Nacionais e Estrangeiros. Importância que para o Direito Internacional Privado tem a determinação da nacionalidade. — Liberdade dos Estados no assunto e consequentes conflitos. — Nacionalidade originária e nacionalidade adquirida.

b) — Determinação da nacionalidade originária. — Os princípios do *jus soli* e do *jus sanguinis*. Origens dos dois sistemas e seus fundamentos. Diferenças existentes entre as condições da Europa e das Americas quanto á nacionalidade.

c) — Nacionalidade adquirida: Naturalização e suas modalidades.

26. — d) — Conflito em matéria de nacionalidade: A dupla nacionalidade e a ausência da nacionalidade.

e) — Disposição do Código Bustamante em matéria de nacionalidade e naturalização. A determinação da nacionalidade de origem (art. 9). Conflitos em matéria de nacionalidade de origem (art. 10). — A *lex fori* como subsidiária (art. 11). — Aquisição individual da nacionalidade (art. 12). Naturalização tácita e coletiva (art. 13). Perda da nacionalidade (art. 14). Reaquisição da nacionalidade (art. 15.). Convenção sobre nacionalidade, firmada em Montevidéo, a 26 de dezembro de 1933, por ocasião da VIII Conferência Panamericana, ratificada pelo Gov. Brasileiro por Dec. n.º 2.572, de 18 de abril de 1938. (V. **Diário Oficial**, pag. 8.063, abril de 1938).

27. — f) — Nacionalidade das pessoas coletivas. Disposições do **Código Bustamante** (art. 16 a 21).

— X —

28. — Da nacionalidade brasileira.

a) Determinação da nacionalidade brasileira segundo as Constituições Federais de 1891 (art. 69). de 1934 (art. 106), e de 1937 (art. 115). (Decreto-lei n.º 389, de 25 de abril de 1938, pub. no **Diário Oficial** de 29 de abril, pag. 8.082).

— Brasileiros de origem nascidos fóra do Brasil.

b) — A aquisição da nacionalidade brasileira pela naturalização. (Decreto n.º 6.948, de 14 maio de 1908 e lei posterior n.º 2.004, de 26 de novembro do mesmo ano).

Processo de naturalização. — Direito dos estrangeiros naturalizados.

29. — c) — Perda da nacionalidade brasileira:
Constituições de 1891 (art. 71, § 2), de 1934 (art. 107) e de 1937 (art. 116).
A mulher brasileira que se casa com um estrangeiro perde a sua nacionalidade?

30. — A nacionalidade das pessoas coletivas no Direito Brasileiro.

— XI —

31. — Direito dos estrangeiros em geral:
a) — O princípio do reconhecimento da personalidade jurídica dos estrangeiros e sua formação através da História. A condição jurídica dos estrangeiros entre os povos antigos:

I — Orientais (Hindús, Egípcios, Chineses e Hebreus);

II — Europeus (Gregos, Romanos e Germanos).

32. — b) — A condição dos estrangeiros na idade média: os Francos; como o personalismo do

direito bárbaro se transformou no rigoroso territorialismo feudal.

— O direito de albinágio; a cavagem; o *droit formariage*.

Modificação da condição dos estrangeiros na França após a vitória da realêza. Direitos políticos e direitos privados. O *Jus detractus* (*droit de detraction*).

33. — A condição dos estrangeiros nos tempos modernos; o movimento filosóficos do século XVIII; a Revolução Francesa. — Os decretos de 6 de agosto de 1790 e de 8 de abril de 1791, revogando o *droit D'AUBAINE* e o *droit de detraction*. — A influência da Revolução Francesa entre os outros povos.

— XII —

34. — Objectivação do princípio do reconhecimento da personalidade jurídica dos estrangeiros.
— Seu caráter; princípio geral e indeterminado.

35. — Direitos geralmente concedidos hoje aos estrangeiros. — Exame da questão quanto aos:

- a) — Direito políticos;
- b) — Direitos públicos ou individuais;
- c) — Direitos privados.

- a) — O Direito Internacional Operário.

36. — Disposições do **Código Bustamante**; direitos civis (art. 1.^o); restrições de ordem pública; as garantias individuais e a exceção dos direitos políticos (art. 2.^o) — O decreto do Governo Brasileiro, n.^o 5.647, de 8 de janeiro de 1929 sobre a condição jurídica dos estrangeiros.

— XIII —

37. — Condição jurídica dos estrangeiros no Brasil. A tradição liberal do nosso direito.

38. — Ao tempo do Império.

39. — Sob o regimen republicano: A Constituição de 1891. A Constituição de 1934: as garantias individuais (art. 113); direito á educação (art. 149). A Constituição de 10 de Novembro de 1937: direitos e garantias individuais (art. 122).

a) — Os direitos privados (Código Civil de 1916, art. 3).

b) — A navegação de cabotagem. Constituição de 1891 (art. 13, § único); Constituição de 1934 (art. 5.^o, XIX, letra e); Constituição de 1937, (art. 16, n.^o XII).

c) — As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado; reconhecimento e capacidade (Código civil, arts. 19, 20 e 21 da Introdução).

d) — Os cargos públicos, civis, ou militares, (Const. de 1934, art. 168).

e) — Entrada de estrangeiros no território nacional (Decreto-Lei n.º 406, de 4 de Maio de 1938, modificado pelo Decreto-Lei n.º 639, de 20 de Agosto do mesmo ano, e regulamentado pelo Decreto n.º 3.010, de 20 de Agosto de 1938 (êste último publicado no **Diário Oficial** de 22 de Agosto do mesmo ano, pag. 16.792).

f) — A expulsão de estrangeiros, (Const. de 1934, art. 113, n.º 15; Const. de 37, art. 122, n.º 3; lei n.º 4.247, de 5 de Janeiro de 1921; Decreto n.º 24.215, de 9 de Maio de 1934; Decretos-Leis ns. 392, de 24 de Abril de 1938, e 479, de 8 de Junho de 1938 (êste último publicado no **Diário Oficial**, de 11 de Junho de 1938, pág. 11.680. (1).

g) — Caução suficiente ás custas judiciárias (art. 18 da Introdução ao Código Civil).

— XIV —

40. — Definição do conflito de leis. — Conflito entre leis de um mesmo país. Conflito de leis no tempo e conflito de leis no espaço.

(1) — Sobre extradição veja-se o Decreto-Lei n.º 394, de 28 de Abril de 1938 (**Diário Oficial**, pag. 8.169).

41. — Os elementos de conexão das relações jurídicas com as legislações nacionais.

A solução do problema do conflito de leis procurada na atribuição de um caráter pessoal ou territorial às leis.

42. — O princípio que estabelece que as leis estrangeiras são válidas, eficazes e aplicáveis.
Como deve ser entendido esse princípio.

— X V —

43. — História das doutrinas que visam solver o problema do conflito de leis.

A “Teoria dos Estatutos” e suas quatro escolas:

I — A Escola Estatutária Italiana — Onde se originou; causas do seu aparecimento; duração de sua aplicação. A obra de seus doutrinadores principais: **Bártolo** e **Dumoulin**.

II — A Escola Francesa do século .16 — A doutrina de **D'Argentré** A personalidade dos estatutos é excepcional e se apoia em uma idéa de justiça.

44. — III — A Escola Holandesa — Quando e por que surgiu. Seus elaboradores: **Borgúndio**, **Paulo** e **João Voécio**. A personalidade dos estatutos decorre da *comitas gentium*.

IV. — A Escola Francesa do seculo 18.
Quando appareceu. Suas idéas principais
— Escola de transição. — Seus principais representantes: Boullenois, Froland e Bouhier.
— Critica geral da "Teoria dos Estatutos".

45. — V. — A Teoria Neo-Estatutária de Vareilles Sommières.

A Doutrina Anglo-Americana. — E' profundamente impregnada das idéas estatutárias. — Em que consiste. Seu princípio básico: a territorialidade das leis temperada pela *comitas gentium* quanto ao estado e á capacidade das pessoas — Como se originou esta Escola. Crítica.

XVI

46. — Doutrinas científicas para a solução dos conflitos de leis.

— A comunidade de direito entre os povos.

Razão da applicação das leis estrangeiras entre os povos.

47. — Teoria calcadas na comunidade de direito.

a) — Doutrina de Savigny. Seus princípios, eficiência e influencia.

b) — **Doutrina Italiana Moderna.** Baseia-se na personalidade do direito, como regra geral a qual comporta duas excepções — uma tirada da ordem pública e outra da autonomia da vontade.

48. — c) — **Doutrina de Pillet.** — Seus princípios.

d) — **Doutrina de Machado Villela.**
— Sua organização.

e) — **Doutrina de Bustamante:** leis de ordem pública interna, leis pública internacional e leis de ordem privada.

— XVII —

49. — Exame perfunctório das principais regras de Direito Internacional Privado para a solução dos conflitos de leis consagradas pelo direito objectivo:

a) — No costume internacional;

50. — b) — Nas leis internas:

I — No Código Civil da Prússia de 1794;

II — no Código Francês (1804);

III — no Código Civil Italiano (1865);

IV — no Código Civil Argentino (1871);

V — na lei de introdução ao Cód. Civ. Alemão (1896).

VI — na Introdução do nosso Código Civil (1916).

51. — c) — Nos tratados normativos:

I — no tratado de Lima;

II — nos tratados de Montevidéo;

III — nas Convenções de Haia;

IV — no Código Bustamante.

XVIII

52. — Das leis pessoais — Qual é a lei pessoal?

53. — Aplicação da lei pessoal.

54. — Conflitos de leis pessoais.

— XIX —

55. — Das leis pessoais no sistema do Código Civil Brasileiro:

A capacidade civil, os direitos de família, as relações pessoais dos conjuges e o regime de bens no casamento (Código Civil, art. 8.º da Introdução).

56. — A sucessão legítima ou testamentária, a ordem da vocação hereditária, os direitos dos herdeiros e a validade intrínseca das dispo-

sições do testamento (Código Civil, art. 14.º da Introdução).

— Aplicação subsidiária da lei do domicílio (Código Civil, artigo 9.º da Introdução).

57. — Das leis pessoais ou de ordem pública interna no sistema do **Código Bustamante**.

— XX —

58. — Das leis territoriais. — Qual a lei territorial?
— Apreciação da lei territorial.

59. — Distinção entre as leis pessoais e as leis territoriais.

60. — Das leis territoriais no sistema do Código Civil Brasileiro:

I — Bens móveis e imóveis (Cód. Civil, art. 10.º da Introdução).

II — A forma extrínseca dos atos (Cód. Civil, art. 11 da Introdução).

III — Os meios de prova (Cod. Civ. art. 12 da Introdução).

IV — A competência, a forma do processo e os meios de defesa (Cód. Civil, art. 15 da Introdução).

— Das leis territoriais (ou de ordem pública internacional) no sistema do **Código Bustamante**.

— XXI —

61. — Das leis escolhidas pela vontade das partes
— Quais são ?

— O principio da autonomia da vontade do
Direito Internacional Privado.

62. — Exame da questão no sistema do Código Civil
Brasileiro: — A substância e os efeitos das
obrigações (Art. 13 da Introdução ao Código
Civil).

63. — A mesma hipótese no **Código Bustamante**.
Leis de ordem privada.

— XXII —

Questões complementares:

64. — I — Conflitos de qualificação;
65. — II — Conflitos entre as leis que determinam
a competência normal das leis em geral, tam-
bem chamados conflitos de 2.º grau: confli-
tos positivos e conflitos negativos (**Teoria do**
retôrno ou da devolução).
66. — III — Conflitos no tempo entre leis que de-
vem resolver os conflitos de leis no espaço.
- IV — O desvio da aplicação da lei normal-
mente competente por um processo fraudu-
lento.

— V — Conflitos de leis e conflitos de jurisdições.

— XXIII —

67. — Das leis de ordem pública internacional. — Como conceitua-las.

68. — Leis de ordem pública interna e leis de ordem pública internacional. — Disposições do Direito Brasileiro (art. 17 da Introdução ao Cód. Civil Brasileiro).

69. — Das leis de ordem pública internacional no sistema do **Código Bustamante**. (Vide ponto dêste programa, no fim).

— XXIV —

70. — Do reconhecimento dos direitos adquiridos em país estrangeiro.

71. — O princípio básico para êsse reconhecimento; seu caráter próprio, limites e condições de aplicação.

72. — Prescrições do **Código Bustamante**. Os direitos adquiridos sob a égide das normas do Código terão plena eficácia em todos os Estados contratantes, salvo ofensa á ordem pública internacional (art.º 8) — Hipótese do casamento com violação de certos impedimentos (art. 40).

— XXV —

73. — Do reconhecimento dos direitos assegurados em sentenças de tribunais estrangeiros. — Execução das sentenças estrangeiras.
74. — Sistemas doutrinários e legislativos quanto á execução das sentenças estrangeiras.
75. — A execução das sentenças estrangeiras no Brasil (Artigos 16 da Introdução ao Cód. Civil e 785 a 789 do Código do Processo Civil, baixado pelo Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939).

F. D. R.

328.81

2297 p.

2/85

